

ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 06-7-2022.

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Lucas Fuhr, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Atena Beauvoir Roveda, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Delegado Cleiton, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Matheus Gomes, Mônica Leal e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 142/22 (Processo nº 0276/22), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 161/22 (Processo nº 0308/22), de autoria de Luiggi Bertaco; o Projeto de Lei do Legislativo nº 259/22 (Processo nº 0519/22), de autoria de Gilson Padeiro; e o Projeto de Resolução nº 033/22 (Processo nº 0523/22), de autoria de Ramiro Rosário. Também, foi apregoado o Ofício nº 2609/22, do senhor Ricardo Gomes, Prefeito em exercício, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21 (Processo nº 0475/21). Na ocasião, foi apregoado o Processo SEI nº 212.00047/2022-47, por meio do qual Fernanda Barth informa seu comparecimento, nos termos do artigo 227, § 2º, do Regimento, em audiência no 1º Juizado Especial Criminal, no dia quatro de julho do corrente, às quatorze horas, nesta Capital. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Leonel Radde, Lucas Fuhr, Atena Beauvoir Roveda, Daiana Santos e Aldacir Oliboni. Às quinze horas e um minuto, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi rejeitado o Requerimento nº 081/22 (Processo nº 0391/22), por doze votos SIM, quatorze votos NÃO e quatro ABSTENÇÕES, após ser encaminhado à votação por Leonel Radde, Alexandre Bobadra, Pedro Ruas, Atena Beauvoir Roveda, Comandante Nádia, Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Bruna Rodrigues e Lourdes Sprenger, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, José Freitas, Lucas Fuhr, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal e Ramiro Rosário, votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Atena Beauvoir Roveda, Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Daiana Santos, Delegado Cleiton, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e optado pela Abstenção Cezar Augusto Schirmer, Cláudia Araújo, Gilson Padeiro e Lourdes Sprenger. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Daiana Santos, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do

Dia, retirando-se de priorização o Projeto de Lei do Legislativo nº 336/17 (Processo nº 3003/17). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 281/21 (Processo nº 0678/21), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo, Atena Beauvoir Roveda, Claudio Janta, Pedro Ruas, Daiana Santos e Jonas Reis. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 281/21, e foi aprovado Requerimento solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 281/21, por vinte e dois votos SIM, quatro votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Atena Beauvoir Roveda, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Delegado Cleiton, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lucas Fuhr, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, votado Não Claudio Janta, Fernanda Barth, Jessé Sangalli e José Freitas, e optado pela Abstenção Cassiá Carpes e Lourdes Sprenger. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 281/21, por vinte e um votos SIM, quatro votos NÃO e quatro ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Atena Beauvoir Roveda, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Delegado Cleiton, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lucas Fuhr, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Pedro Ruas e Roberto Robaina, votado Não Claudio Janta, Fernanda Barth, Jessé Sangalli e José Freitas, e optado pela Abstenção Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Lourdes Sprenger e Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 043/21 (Processo nº 1150/21), por dezenove votos SIM e dez votos NÃO, após ser discutido por Idenir Cecchim, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Lucas Fuhr, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Durante a apreciação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 043/21, Idenir Cecchim afastou-se da presidência dos trabalhos, nos termos do artigo 22 do Regimento. Durante a Sessão, foram registradas as intenções de voto favorável de Mônica Leal e Comandante Nádia ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 043/21. Em continuidade, Claudio Janta formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, o qual, após ser encaminhado à votação por Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Jessé Sangalli e Claudio Janta, deixou de ser votado em razão da desistência do requerente. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 114/22 (Processo nº 0540/22). Às dezessete horas e nove minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em

COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Jessé Sangalli. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22, discutido por Lucas Fuhr, Jonas Reis e Idenir Cecchim, o Projeto de Lei do Executivo nº 017/22, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 017/21 e 091, 101, 217 e 251/22 e o Projeto de Resolução nº 032/22; e, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 101, 418 e 570/21 e 071, 073, 171, 230 e 247/22 e o Projeto de Lei do Executivo nº 011/22. Também, Jessé Sangalli pronunciou-se durante o período de Pauta. Às dezessete horas e vinte e nove minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Mari Pimentel. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o processo SEI nº 212.00047/2022-47, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, nos termos do art. 227, § 2º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na audiência no 1º Juizado Especial Criminal, no dia 04 de julho de 2022, às 14h.

Aprego processo SEI nº 056.00006/2022-55, firmado pelo Ver. Márcio Bins Ely, informando que, a partir do dia 30 de junho de 2022, os vereadores Márcio Bins Ely e João Bosco Vaz exercerão, respectivamente, os cargos de líder e vice-líder da bancada do PDT.

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver.^a Mari Pimentel, na presidência dos trabalhos; vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra da presença e da assistência da audiência pela TVCâmara. Nos últimos dias tomamos conhecimento de que a decisão do Tribunal de Contas do Estado, o TCE, tornou-se definitiva, em termos daquela Corte, no que tange à loja Havan. Para quem não assistiu em TV, as lojas Havan fizeram um megaempreendimento em Porto Alegre, na Av. Assis Brasil, e, como qualquer empreendimento gera transtornos na área de viária, na área ambiental geralmente, ali também ocorreu isso. Quando as lojas Havan fizeram o seu empreendimento, houve problemas viários que eles compensaram, em medidas compensatórias, mitigatória, e houve problemas ambientais com perda de mata nativa e outro tipo de vegetação; perda importante. Pois o incrível é que as lojas Havan não indenizaram o Município - não indenizaram o Município. Mas houve algo pior: a

indenização que seria para a SMAM, que é a nossa Secretaria do Meio Ambiente; portanto, quem deveria receber esses recursos para poder compensar, seja ali, seja em outro local, o que foi perdido ambientalmente, não recebeu nada, e o Executivo Municipal, a Prefeitura, anunciou que aquele valor, aquele débito, que seria das lojas Havan com a Secretaria do Meio Ambiente, seria pago pelo DMAE. É inacreditável, R\$ 1,7 milhão! Eu marquei mediatamente audiência com o Ministério Público de Contas, com o Ministério Público Estadual, fui acompanhado de várias vereadoras, vários vereadores – aqui agradeço –, e o Ministério Público de Contas já tinha uma ação, uma representação naquele sentido que terminou por vitoriosa. Isso nos dá a certeza de poder afirmar que essas lojas Havan que há poucos anos eram microempreendimentos, hoje mandam no País, são gigantescas no Brasil inteiro, aqui em Porto Alegre não levaram o seu R\$ 1,7 milhão; aqui não, na capital dos gaúchos e das gaúchas não; aqui elas perderam, elas vão ter que indenizar, sim, R\$ 1,7 milhão E não vai ser o DMAE a pagar essa conta. Aliás, estou curioso, eu quero saber quem é recorrer da decisão do Tribunal de Contas do Estado, se as lojas Havan ou a Prefeitura. Eu nunca vi alguém recorrer para pagar! Se a Prefeitura fizer isso vai ser um escândalo, um escândalo, recorrer para pagar é difícil de ver, não é Roberto Robaina? Pois bem, essa é a situação atual, mas há mais, há mais, que distingue nossa capital de muitas outras cidades, orgulho nosso; em todo o Brasil, Ver.^a Bruna Rodrigues, o chamado “projeto dos franceses”, projeto esse que cria megaempreendimentos de mais de 10 mil metros quadrados, que destroem a economia pequena, micro, pequena e média, atacam os minimercados, destroem armazéns – interesses desses grupos multinacionais como o Carrefour– aqui foi recusado, em Porto Alegre não passou. Passou em várias cidades do Brasil, mas, em Porto Alegre, os franceses não venceram; em Porto Alegre, nós vamos continuar com os nossos minimercados, com os nossos mercadinhos, com os nossos armazéns onde a Dona Maria consegue fazer o seu pagamento no caderninho, onde o Seu João pode abrir a conta, esses minimercados que deram de graça cestas básicas na pandemia para as comunidades, esses venceram. Então, esta Câmara está de parabéns porque aqui os franceses, que no mundo inteiro mandam os seus interesses de fazer megaempreendimentos e destruir a economia local, em Porto Alegre, foram derrotados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidenta; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, população que nos assiste pela TVCâmara. Eu vou ler um comentário feito por uma assessora de um deputado estadual do PSL – era PSL, agora todos os ratos pularam fora do barco e se colocaram em outros partidos. Mas essa assessora desse deputado, que era do PSL, diz o seguinte: "Misericórdia. A impressão que eu tenho daqui é que só piora. No que está virada a Câmara de

Vereadores de Porto Alegre. Muito bizarro. Parece que nada é levado a sério, e o que é pior, tem plateia para isso." Essa postagem dessa assessora da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi realizada na página da Câmara Municipal de Porto Alegre, inclusive gostaria de parabenizar a assessoria de imprensa da Casa que deu uma resposta à altura. Mas a Sandrinha Poletto falava da Ver^a. Atena, foi por isso que ela fez essa frase nessa postagem. Se ela acha bizarra a imagem a que ela se referia – porque era uma foto e ela comenta na foto – pode ser pelas tatuagens. Então eu também posso ser bizarro para essa pessoa, porque, afinal de contas, eu tenho os dois braços totalmente tatuados, mas também pode ser por termos, nesta Casa, a primeira mulher trans, da nossa capital, a assumir o mandato, a segunda, na verdade, segunda mulher trans. Isso pode ter sido considerado bizarro por ela. No meu ponto de vista não há terceira via. E eu tenho uma coisa para dizer: homofobia, transfobia, é crime e ponto final. É crime, mas também não me surpreende que os crimes que foram cometidos nesse comentário, inclusive na página dela, e que eu espero que ela seja responsabilizada pelo crime de transfobia, de homofobia, pelas injúrias que diversas pessoas que fizeram nos seus comentários de forma covarde, sejam punidas, e que a nossa Câmara também apague e bloqueie essa pessoa da nossa página, porque nós não podemos admitir isso, crimes sendo cometidos na página da Câmara Municipal de Porto Alegre. E eu deixo aqui a minha solidariedade à Atena, eu deixo aqui a solidariedade da Bancada do Partido dos Trabalhadores e digo que podem contar com a gente para esse embate, para esse combate. Mas não me surpreende, Sandra, que as falas criminosas tenham vindo de alguém da extrema direita que pertencia ao PSL que de todos os deputados estaduais do Paraná caçados por fraude, por crime, no dia de ontem, inclusive o Coronel Li que ameaçava de morte o ex-Presidente Lula, líder Oliboni, foi cassado por corrupção, por fraude. E é sistemático, o PSL lá do Paraná, o PSL aqui de Porto Alegre. Claro, todos pularam do barco, foram para o PL, foram para outros partidos, mas a essência é essa, e esse era o partido de Bolsonaro e foi por esse partido que Bolsonaro se elegeu, fez o que fez, e o mais impressionante: a fraude se dava na divisão das cotas de negros e negras, de mulheres e da população LGBT. Então, quando nós dizemos que esse é um governo fascista, formado por fascistas, por racistas LGBT fóbicos, misóginos, nós temos a prova de que, além de tudo isso, ainda são corruptos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Laura Sito (PT): Para complementar, na verdade, a belíssima fala do nosso líder Leonel, nós tivemos três vereadoras trans que já assumiram nesta Casa: Luísa Stern foi a primeira, a combativa Natasha, e agora a nossa combativa Atena também. É importante a gente registrar as três que fizeram história aqui nesta Casa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Perfeito. Deixaremos registrado. O Ver. Lucas Fuhr está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LUCAS FUHR (PSDB): Prezada Presidente Mari Pimentel, prezados vereadores e vereadoras que estão aqui hoje, estou aqui para trazer a causa que constitui a minha atuação política. Sou vereador aqui da Casa, estou substituindo o Ver. Moisés Barbosa do PSDB, que está de licença e, nesse período que estou aqui, acabei de protocolar hoje de manhã quatro projetos de lei que, no conjunto, constituem o pacote pró-consumidor em Porto Alegre. Não é possível que as empresas e instituições financeiras apliquem no mercado uma prática abusiva de contratos e oferta de telemarketing de empréstimo consignado, tomando por comunicação telefônica a realização do contrato. Não é possível que a gente banalize essa realidade no Brasil de 40 milhões de super endividados, que precisam de uma oportunidade, esta que veio com a lei do superendividamento está sendo implementada pelo Poder Judiciário, pelos Procons, e nós precisamos que a Câmara de Vereadores aprove. Protocolei hoje de manhã, estarei conversando com os vereadores para que a gente consiga aprovar nesta Casa o pacote pró-consumidor, que proíbe a contratação de empréstimo consignado, de qualquer modalidade de empréstimo por ligação telefônica. Trago aqui a importância a Vossas Excelências para que a gente consiga aprovar, também em Porto Alegre, a proibição da cobrança por multa, cobrança da emissão da segunda via do *ticket* do estacionamento. Existem inúmeras situações, vereadores e vereadoras, em que o consumidor paga para não se incomodar essa é verdade. E a gente precisa tomar algumas iniciativas nesta Casa para proteger a renda suada do trabalhador, dos consumidores, dos cidadãos que, cada vez mais, com a inflação a 10%, precisam resguardar o seu dinheiro, e é por isso que as cobranças abusivas não podem ser aplicadas. Outra questão que propõe o meu pacote pró-consumidor: apresentei hoje de manhã também à Casa um projeto de lei que obriga os comércios que fazem oferta do seu produto via internet, *site*, rede social, que tenham a obrigatoriedade de anunciar o preço. Existem muitos comércios que ao invés de anunciarem o preço, escrevem "para saber o preço, me chama no Whatsapp; me chama no *inbox* do Instagram; no particular do Instagram." Isso é uma violação ao direito à informação do consumidor, e são práticas como essa que protegem a renda do consumidor em relação ao superendividamento. Então, trago esse projeto também à Casa. E também, por último, agora, apresentando também no pacote pró-consumidor, propus também a esta Casa um projeto de lei que obriga o DMAE a cobrar as dívidas de água, do serviço prestado pelo DMAE, somente de quem as contraiu; de quem contraiu a dívida, ou seja, do proprietário que deu causa à dívida, e não do proprietário que comprou essa unidade imobiliária depois. Então, a importância aqui de que não recaiam sobre os ombros dos contribuintes, dívidas de água que não foram eles que contraíram; mas recaiam sobre aqueles que efetivamente deram causa. Até porque o DMAE é uma autarquia que tem estrutura para ir atrás de quem realmente contraiu a dívida, então protegendo também o direito do consumidor e o dinheiro do consumidor de cobranças abusivas. Então, sabemos que o DMAE é uma autarquia importante nesta cidade, mas não pode permitir que recaia sobre os ombros de outros consumidores uma dívida que não foi criada por eles. Então trago à baila aqui na Casa questões para que a gente possa avançar no Direito do Consumidor em Porto Alegre. Eu sou Lucas Fuhr, estive à frente do Procon

estadual do Rio Grande do Sul, implementamos a modernização do órgão, criamos um canal de WhatsApp para o consumidor se comunicar, para tirar dúvidas com o Procon, prevenindo aí as violações, e, sobretudo, defendendo a renda do consumidor. Muito obrigado a todos; muito obrigado, Presidente; deixando aqui a minha contribuição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Ver.^a Atena Beauvoir Roveda está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VERADORA ATENA BEAUVOIR ROVEDA (PDT): Boa tarde à Presidência da Câmara dos Vereadores, aos vereadores e vereadoras presentes. A gente agradece pela solidariedade do Partido dos Trabalhadores em relação ao ocorrido na segunda-feira da nossa posse, e a gente acredita fortemente que a vida política – a vida política brasileira – é construída por uma fração de questões muito, muito, muito, muito delicadas e sensíveis. Porque, nessa mesma segunda-feira, o deputado Tenente-Coronel Zucco sofreu ataques específicos, dentro da Assembleia Legislativa O ataque é aquilo, ataca-se, a pessoa se ofende, há um sofrimento social nesse processo independentemente se estamos validando os lados, porque quem valida lado é a justiça, e eu não sou aqui parte da justiça de Porto Alegre para dizer se os ataques eram justos ou não. Eu estou dizendo que houve ataques à presença do deputado Tenente Zucco, e neste mesmo dia, no fim da tarde, a sua assessora parlamentar vai à página da própria Câmara Legislativa de Porto Alegre, quando há ali o anúncio e a exposição da minha posse como vereadora desta capital dizer exatamente: “Misericórdia! A impressão que tenho daqui... é que só piora! No que está virada a Câmara de Vereadores de Porto Alegre... Muito bizarro! Parece que nada é levado a sério”. Mas, infelizmente, o comentário da assessora parlamentar Sandrinha Poletto não é um ataque ou uma reflexão contra a minha pessoa, é um ataque contra a legitimidade desta instituição, é desta Casa que ela está falando, porque foi esta Casa que me outorgou a possibilidade de tomar posse com os votos da confiança da população que esteve vinculada à minha figura política, à minha liderança política. Com certeza, por ela estar do lado do deputado Tenente Zucco, a gente se questiona se esta também é a postura do deputado em relação a esta instituição, porque a Assembleia Legislativa também o é, ela tem um cargo de confiança, ela é também do Poder Legislativo quando ela faz para gabinete de um deputado que representa uma força social. Quando ela vem à minha pessoa é óbvio que existe um preconceito transfóbico, é óbvio que existe um preconceito vinculado a um preconceito à minha imagem, à minha postura, mas ela se diz, necessariamente, no perfil do Instagram – que está fechado, mas é aberto ali na descrição –, cristã/conservadora. Eu não farei aqui discursos que são ditos aí como preconceitos contra a população cristã ou evangélica desta cidade, porque a população cristã e evangélica, que é verdadeiramente cristã evangélica, me observa também como uma pessoa filha de Deus, como aquela que legitimamente tem e é tão filha de Deus, mas tão filha de Deus que está aqui falando enquanto vereadora desta capital porque me é

outorgada essa possibilidade. Se não o fosse, com certeza eu não estaria aqui falando através deste microfone. Nós entramos em contato com assessoria do deputado Tenente Zucco na manhã seguinte, nós solicitamos para falar com deputado Tenente Zucco, e hoje nós recebemos contato do chefe de gabinete do deputado e estamos marcando uma conversa com o seu gabinete. Porque eu, enquanto vereadora, tenho que saber que a responsabilidade de lidar com o espaço Legislativo desta Casa é também defender a dignidade, a honra, que se faz aqui quando nós discutimos os destinos da população porto-alegrense. E, por último, também citar que a gente agradece profundamente ao Orlando, diretor de comunicação, e a toda equipe ao Presidente da Câmara que foram rápidos em responder de maneira extremamente civil, de maneira extremamente educada e respeitosa. Porque se eu assumo esse mandato, não é para criar mais fogo, mais guerra e mais destruição num país, num estado, em uma cidade em que, enquanto nós estamos aqui conversando sobre resoluções que mais tarde poderão ser materializadas através de projetos de lei, existem irmãos e irmãs nossas comendo lixo de caçamba de lixo; comendo restos de comida. Enquanto eu estou aqui para falar de mulheres transexuais e travestis, homens trans, pessoas não-binárias, a população LGBT, que também corre sangue, que também respira, que também tem suas crenças de fé em Deus, em deuses, em deusas, em orixás, em entidades ou até ateias, não me interessa porque o meu estado é laico, mas o meu coração é um coração democrata e há de entender isso, observando na minha pauta e na minha fala esta questão. Então a gente aguarda estar, amanhã de manhã, no gabinete do deputado estadual Tenente-Coronel Zucco para dialogar com ele, se essa é a fala a respeito da dignidade desta Casa, e me colocar com seriedade, como vereadora. E talvez isso companheira, somente o futuro nos dirá aonde que eu vou chegar, mas que eu tenha a mesma validade, a mesma importância do que o trabalho de qualquer minhoca debaixo dessa terra, que é fundamental, não importando o posto ou a missão. Importando trabalhar de maneira coletiva e respeitosa. Muito obrigada.

(Não revisada pela oradora.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, parabéns pela fala, Ver.^a Atena. A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas; boa tarde, Presidente Mari; boa tarde público que nos assiste, enfim, quem nos acompanha na TV Câmara. Eu utilizo este espaço agora em liderança para prestar, primeiramente, minha solidariedade à Ver.^a Atena que sofre uma violência num espaço onde nós deveríamos estar fazendo um debate acerca de políticas inclusivas, que falem da diversidade, da pluralidade dos nossos corpos, do nosso povo, e aqui nós estamos vendo mais um episódio de violência política de gênero. Também, Ver.^a Atena, aproveito este espaço para me solidarizar a uma outra companheira trans que sofreu uma violência em uma festa neste último final de semana. É necessário que se façam essas manifestações,

essas mobilizações aqui, que é a representação do povo, a Casa do Povo, para que nós possamos compreender que a violência contra esses corpos está em todos os espaços, e que não é, em definitivo, um olhar do indivíduo, mas sim de uma relação toda que nos condiciona a viver amedrontados, amedrontadas diante de um cenário que não prioriza nenhum outro tipo de possibilidade que não seja o rechaço e a violência, em definitivo.

Eu trago aqui também, já aproveitando que nós estamos no início do mês seguinte ao Mês do Orgulho LGBTQIA+, este espaço oportunamente, Ver.^a Atena, como forma de nós nos colocarmos muito lúcidos acerca desse debate, pois ainda continuamos sendo o País que mais mata a população LGBTQIA+, pois ainda temos dados que falam do consumo: o Brasil é o país que mais consome pornografia da população trans e, em contrapartida, age de forma violenta. Nós não temos o respeito devido a toda uma relação, a começar pelo nome social, mas nós temos a violação de direito constante. Não podemos ocupar a Câmara, não se pode ocupar as ruas, não se tem direito a transitar livremente, pois a violência é o tom dessas relações. Infelizmente continuamos lidando com essa realidade absurda. E a esses e a essas, Ver. Leonel Radde – com quem há bem pouco tempo tive o prazer de construir um projeto que fala de uma outra perspectiva, de uma outra realidade, pautando emprego, renda e formação, porque é isso que nós temos que fazer. Olhando para tudo isso eu penso: se nós não nos colocarmos à disposição com a leitura adequada dessa realidade, trazendo aqui para a pauta, para a Ordem do Dia, para a centralidade desta Casa, que, sim, é a Casa do Povo, esses corpos, essas existências, nós estamos fazendo parte desse projeto de aniquilação, que invisibiliza, que mata e que, em definitivo, ainda culpabiliza e responsabiliza esses e essas que já sofrem tanto com a ausência de políticas efetivas para mudar a vida. E desde a tenra infância já são violados e violentados pela ausência de um Estado que só cria marcas, ao invés de criar possibilidades. Se nós não nos colocarmos combativos a essa realidade; se nós não propusermos aqui o respeito, a integralidade das ações e, principalmente, as oportunidades que devem ser pautadas, nós estaremos fazendo parte desse movimento que tira a possibilidade de ascensão e, principalmente, a vida dessa população. É muito consternada que subo aqui e observo que parte significativa da construção do debate, mas, principalmente, das ações ainda fica subentendida por esta Casa. Aproveito para dizer que nós colocamos aqui à disposição a criação do conselho municipal LGBTQIA+ justamente para isso, porque políticas efetivas são necessárias para combater toda essa relação de extrema desigualdade que gera a violência em todas as instâncias. Mais uma vez, Ver.^a Atena, fico extremamente consternada a esse ato de violência e solidária a ti, mas, principalmente, a toda a comunidade LGBTQIA+, Ver. Leonel Radde, que sofre constantemente. A luta, neste espaço institucional, é para que tenhamos reconhecimento, mas, principalmente, oportunidades para que não sejamos mais esse grande número de pessoas violadas, violentadas e colocadas somente às margens das políticas públicas. Se a Casa é do povo, precisa ter este debate de qualidade. Parabéns à Presidência da Casa, que não permitiu que continuasse, que se desse por definitivo um depoimento de tamanha vergonha, e não só para este espaço, para a sociedade como um todo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nobre Presidenta, os colegas vereadores e vereadoras, o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Quero, em nome da oposição, inicialmente, me solidarizar à nossa colega Ver.^a Atena, que é do PDT e que está aqui assumindo como suplente, mas também como titular a vaga de um colega desta Casa, que infelizmente, através de uma manifestação de uma assessoria de um deputado estadual. O nome dela foi muito bem abordado aqui e ela diz como palavra-chave “misericórdia”. Misericórdia, Ver. Leonel Radde, líder do PT, diríamos nós, ao tal radicalismo que algumas pessoas se impõem, embora não sendo parlamentar, porque uma coisa você é ser parlamentar, vereador ou deputado e, no exercício da tribuna, se manifestar como estou me manifestando contrariamente a essa manifestação que eu diria sim, como diz muito que são complacentes ao fascismo, ao radicalismo, ao racismo, à misoginia, essa assessora extrapolou os limites que eu diria da democracia, na medida em que ela não aceita algo que é contraditório ao parlamentar, no caso aqui, o deputado Zucco. É lamentável que, em tempos de um período eleitoral inclusive, algumas pessoas se firmam nessas posições e nas *fake news* para poderem, vamos dizer assim, disseminar nas redes, ao Rio Grande a fora, ao Brasil a fora sobre o que aconteceu, inclusive, na outra eleição e pode acontecer nessa eleição. Portanto, nós aqui, solidários à nossa colega, repudiamos tal atitude que ora se apresenta, vinda de uma assessoria de um deputado.

Creio que nós aqui, partindo para outro assunto trazido pelo nobre líder, Pedro Rua, quando levanta a questão trazida pelo próprio governo que pode recorrer à justiça para pagar aquela compensação de mais de R\$ 1,600 milhão para a Havan. Lamentavelmente, se isso aconteceu, o governo vai assumir a irresponsabilidade de poder estar aportando um recurso ilegal, ilegal, e quem tem que fazer é a própria empresa. Eu diria que é comprar a própria ação de improbidade administrativa por ser ilegal a transferência desse recurso. Então, nesse sentido, é óbvio que não acreditamos que o governo seja tão ousado de fazer ou implementar tal ação, recorrendo para pagar o recurso.

Por outro lado, quero também falar de um outro assunto que não foi por falta de aviso. A SPDM, uma empresa paulista que gerencia os prontos atendimentos em Porto Alegre, da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, com inúmeras ações contra ela em vários estados do País, aqui em Porto Alegre, fez um contrato no final do governo anterior que é, eu diria, um absurdo na medida em que ela não cumpre contrato e ainda está fazendo a gestão desses dois prontos atendimentos. E quero levantar aqui alguns dados do não cumprimento do contrato. Essa empresa recebe mais de R\$ 3 milhões ao ano para ter um certo compromisso no aumento de oferta de serviços e na rede readequação nos prontos atendimentos para que se tornem UPAs até o próximo ano. Porque, em se tornando UPA, o gestor municipal receberia recursos mais significativos, porque, de porte III recebem recurso de fundo a fundo e, portanto, os recursos da saúde seriam maiores. Pois até então, essa empresa não colocou um prego e nenhuma posição

e em nenhuma parte desses dois prontos atendimentos. Essa empresa se comprometeu em aumentar o número de leitos de 12 para 22; já faz dois anos e continuam os 12 leitos, dito isso pelo próprio governo municipal. Essa empresa tinha que, junto com o governo municipal, constituir um órgão fiscalizador do seu serviço e da prestação de contas – para concluir, Presidenta –, pois ela não constituiu a comissão. Tanto é verdade que o controle social, isto é, o Conselho Local de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde tinha que ter assento nessa comissão. A comissão não foi constituída, e não foi feito nada de fiscalização. Portanto, o governo está sendo conivente com essas irregularidades do não cumprimento do contrato, e pedimos aqui para o nobre vereador líder do governo para que se aproprie desse assunto, porque isso poderá cair no colo do atual gestor. Então, nesse sentido, que nós levantamos aqui inúmeras posições políticas, mas também de gestão, e é fundamental que o governo assuma o seu papel também de fiscalizador dos contratos, no caso específico, com o controle social. É o nosso alerta, o alerta da oposição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Para entrarmos na Ordem do Dia, solicito abertura do painel, diretor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Vinte e sete Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores registraram suas presenças.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 15h01min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 081/22 – (Proc. nº 0391/22 – Ver^a Comandante Nádia) – requer seja encaminhada Moção de repúdio a manifestações emitidas pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em crítica à categoria policial. **(SEI 025.00038/2022-81)**

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o Requerimento nº 081/22. (Pausa.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Aproveitando que a Comandante Nádia não está, Sra. Presidente, solicito o adiamento da votação do Requerimento nº 081/22, por duas sessões.

(Aparte antirregimental.)

Vereador Claudio Janta (SD): Então ela chegou. Retiro o requerimento.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Leonel Radde está com a palavra, para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/22.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Morador de rua não tem direito a ter cadeira, cama, mesa, banho, tudo na rua. Baita frase. Quem disse isso? Adolf Hitler? Não. De onde é que veio essa frase? Nádía: “Morar na rua significa com a sua roupa e a sua mochila. Nós não vamos admitir uma cidade, uma praça que esteja cheia de morador de rua. É um lugar público, e as pessoas não podem levar seus filhos, seus *pets*, não têm condições de caminhar em nenhuma calçada, porque uma pessoa se acha no direito de morar na rua”. Essas foram frases fantásticas da nossa colega Nádía, quando ela era secretária de Desenvolvimento Social do Município de Porto Alegre, como se alguém quisesse, de fato, tivesse o desejo de morar na rua. Esse é o nível de humanidade, de empatia, de percepção das necessidades da nossa população, como se morar na rua fosse simplesmente uma opção e não uma necessidade num momento de crise e de desemprego. Lembro muito bem, já que a moção de repúdio contra a frase equivocada, de fato, do ex-Presidente Lula, que, aliás, ele mesmo se desculpou e trouxe a reflexão do que ele realmente quis dizer, demonstrando que considera policiais trabalhadores e que defendem outros trabalhadores, essa foi a frase, ou seja, se desculpou dessa frase trazida aqui de forma oportunista. É importante dizer que diferentemente de Lula, que foi o presidente que fez investimentos profundos na Polícia Federal, que fez investimentos profundos na Polícia Rodoviária Federal, assim como o Partido dos Trabalhadores, que fez a reestruturação das carreiras da Polícia Civil, da Brigada Militar, da Polícia Penal do nosso Estado, da Susep, diferentemente do que fez o Partido dos Trabalhadores, a base da qual Nádía é uma das representantes, votou.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): A senhora não comanda nada, logo não tenho necessidade de chamá-la de comandante; a senhora não comanda bancada, a senhora não comanda nem oposição, nem situação, a senhora não comanda nem as suas próprias atividades legislativas, porque a senhora nunca está na Casa. Então a senhora não comanda nada, logo, a senhora é Nádía, se a senhora quiser mudar seu nome, a senhora vá ao cartório e coloque que o seu nome é Comandante Nádía, caso contrário, chamarei de Nádía, com todo respeito de vereadora que a senhora merece. Mas voltando a minha linha de raciocínio, já que a senhora gosta tanto de ordem, de hierarquia, neste momento estou aqui, no meu espaço de fala, como vereador eleito, e não tem nenhuma subordinação entre nós. Como eu já disse, a senhora não comanda absolutamente nada. Mas, como estava falando, voltando à reflexão, diferentemente da sua posição política, dos partidos que a senhora representa, o meu partido sempre votou

favoravelmente aos trabalhadores da segurança pública e aos servidores públicos. O seu partido arrebentou a previdência dos policiais, o seu partido votou contra a previdência da própria família brigadiana na Assembleia Legislativa. O seu partido e sua base, a qual a senhora representa, tirou a pensão pós-morte dos policiais. Isso é muito mais grave do que uma frase infeliz que, inclusive, já foi pedido de desculpas para toda uma categoria. O oportunismo não serve para quem quer fazer uma boa política. *A fake news* não serve para se fazer uma boa política e, por isso, nós estamos aqui posicionados e não aceitaremos esse tipo de proposta neste plenário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/22.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sra. Presidente, boa tarde a todos; encaminhando aqui pelo PL, partido do Presidente Jair Bolsonaro, sou contra qualquer tipo de radicalização, seja de esquerda ou de direita. Nós temos que amar as pessoas, tratar as pessoas bem, com carinho, com diplomacia, com inteligência emocional, e isso, muitas vezes, não vêm acontecendo no nosso País, principalmente através dos atos da esquerda ultraradical. Faltam 90 dias para mudarmos o Brasil, o Rio Grande, nas eleições de 02 de outubro. É óbvio que pré-candidatos, agora, nesse momento, começam, através de subterfúgios, de mecanismos nebulosos, tentar aparecer de qualquer maneira, com discurso de ódio, de raiva, de temas polêmicos. Por que isso? Porque são as suas bandeiras. E me causou muita tristeza uma frase do ex-Presidente Lula dizendo que o Presidente Jair Bolsonaro não gosta de gente, que ele gosta de policial. Ora bolas, então, policial não é gente, ex-Presidente Lula? Porque o prenderam? Porque o senhor foi condenado? O processo foi tornando sem efeito por uma questão de formalidade, mas o senhor continua respondendo processo. Nós não sabemos se o senhor vai conseguir concorrer. Então me causa uma tristeza muito grande, em nome da nossa polícia municipal, da nossa polícia de trânsito, da Polícia Penal, da Polícia Civil, da Brigada Militar, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, o ex-Presidente Lula trazia essa frase polêmica que o Presidente Jair Bolsonaro não gosta de gente, que ele gosta de policial. Todo policial paga imposto, tem família; os policiais fazem trabalhos sociais. Fui presidente, no ano passado, da Comissão de Segurança e Direitos Humanos, hoje sou vice-presidente, vocês sabem quantos policiais são mortos todos os dias no nosso País, no exercício do cumprimento e dever legal? Policial também é gente, ex-Presidente Lula, pare com este discurso de ódio, o senhor defende bandido. Eu estou utilizando a imunidade parlamentar constitucional da Constituição da República Federativa do Brasil, do púlpito da Câmara Municipal de Porto Alegre, da qual fui eleito com quase cinco mil votos e estou em pleno exercício do meu mandato. Agora ingressar com processo, fazer pedido, é normal, é natural, e quem entende de processo é o ex-Presidente Lula, pois todos os ex-tesoureiros e ex-presidentes foram presos e

condenados, tiveram vários parlamentares cassados em todos os anos praticamente. E eu estou aqui com uma situação muito triste, que é a situação do ex-secretário de Cultura do governo federal, Mário Frias, está em recuperação após o infarto agudo do miocárdio, ele que é uma pessoa inteligente, uma pessoa muito competente e que foi um dos principais articuladores da reorganização da Lei Rouanet, em que somente os cantores e artistas milionários recebiam recursos e hoje não, os pequenos artistas, os médios artistas também recebem recursos da Lei Rouanet. O Mário Frias vem recebendo, nas suas redes sociais diversas frases, ameaça de morte, discurso de ódio, nós não temos que ter ódio pelas pessoas, nós temos que ter amor, carinho, compreensão, nos colocarmos no lugar dos outros. O ex-Presidente Lula, através de outras frases polêmicas: “Oh, prenderam o jovem apenas por que ele roubou um celular para vender e tomar uma cerveja”. Isso é um absurdo! Esse é o tipo de argumento que nós queremos passar para os nossos jovens? O jovem tem que estudar, tem que se divertir, tem que dormir, tem que arrumar a própria cama. Nós temos que parar de dar o peixe e ensinar a pescar. Eu dou exemplo do maior programa de distribuição de renda do Planeta, que é o Auxílio Brasil, o qual o governo federal passou de 400 para 600 reais e, diferentemente do Bolsa Família, no qual quem iniciasse uma atividade de trabalho teria cessado o seu direito ao benefício; quem recebe o Auxílio Brasil vai continuar recebendo, se for trabalhar. Então, vida longa ao ex-Presidente Lula, que possa viver muitos anos, mas longe da política, porque o Brasil já deu o seu recado em 2018 e certamente fará o mesmo em 2022.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/22.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver.^a Mari Pimentel que preside a sessão, meus cumprimentos às vereadoras, aos vereadores, público que nos dá a honra. A legislação eleitoral cuida, com razão, cuida mais do que antes, face aos fatos de 2018 e 2020, a legislação eleitoral se aprimora, continuamente, e uma das questões importantes, Ver.^a Mari Pimentel, Ver. Idenir Cecchim, a que esta Casa tem que se atentar, é o cumprimento da lei eleitoral. Vamos imaginar, Ver.^a Atena, que um vereador ou uma vereadora, candidato, venha aqui na tribuna da Câmara, onde tem televisão, com seu número de concorrer – isso é proibido. E essa proibição que dou de exemplo atinge inúmeras áreas do que é proibido; como são proibidas determinadas ações pró-candidaturas e contra candidaturas, Ver. Robaina e Ver. Oliboni, do meu ponto de vista – conheço um pouco de direito eleitoral, não sou um especialista, a minha especialidade sempre foi direito trabalhista, mas conheço um pouco, e a gente se obriga a conhecer, mas há muitas mudanças recentes deste ano – Ver.^a Maria Pimentel, Ver. Idenir Cecchim, sem uma consulta à Procuradoria da Casa, essa moção não pode nem ser votada, por quê? Porque a pessoa referida aqui é pré-candidata. Poderia ser o inverso, podia ser uma moção contra o pré-candidato Jair Bolsonaro. Do meu ponto de

vista, o tratamento era igual; não poderia, porque nós vamos inaugurar, talvez, um tempo perigoso aqui, amanhã ou depois tem moção contra o pré-candidato Onix Lorenzoni, depois contra o pré-candidato Eduardo Leite, depois contra o pré-candidato Gabriel Souza, depois contra o pré-candidato Vieira da Cunha, depois contra os pré-candidatos ao Senado. Mas não pode, a lei eleitoral é para isso também, não pode, se não pode nas redes, imagina votar? Então é uma situação muito delicada, a Casa tem que ter um cuidado redobrado, Presidente Cecchim, porque, quando nós falamos em pré-candidaturas, qualquer elogio ou qualquer ataque na Casa, na tribuna e, pior, por votar, vamos votar – imagina aprovar uma moção contra um pré-candidato, fosse o Jair Bolsonaro, fosse quem fosse; Onix Lorenzoni, fosse quem fosse? Então tem que ter um cuidado aqui porque isso pode atingir toda a Casa. Aqui não é uma questão ideológica, todo mundo sabe que o pré-candidato do PSOL à Presidência da República é o Sr. Lula, sim, mas não é disso que se trata, não é questão ideológica e não é questão partidária, aqui é uma questão da Casa, o que pode e o que não pode fazer. Nós estamos num período há três meses da eleição em que o rigorismo, o rigor no cumprimento das normas eleitorais tem que ser absoluto, e acho que temos que ter toda a cautela, Ver. Cassiá, para que a Casa não seja contaminada por esse ambiente de disputas eleitorais ao nível de comprometer o seu próprio funcionamento, com ataques ou com elogios a pré-candidato em plena pré-campanha e depois em campanha, quando a lei eleitoral proíbe o procedimento. Então, obviamente, eu não só encaminho contra Presidente, acho que não podemos votar este tema, a não ser que haja uma consulta à Procuradoria da Casa, que se responsabilize pela possibilidade. Neste momento, do meu ponto de vista, não podemos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Atena Beauvoir Roveda está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/22.

VEREADORA ATENA BEAUVOIR ROVEDA (PDT): Mais uma vez, uma boa tarde, Presidente Cecchim, eu refleti bastante a respeito da moção encaminhada pela Ver.^a Comandante Nádia, a quem eu conheço neste momento, porque não estava na posse, com certeza devia estar em outra agenda, mas a gente avaliou e refletiu muito sobre o papel desta Casa, e, pensando inclusive no que o Ver. Pedro Ruas coloca e adiciona na reflexão, em período eleitoral, é muito complicado, muito complexo. Mas eu adicionaria uma outra questão, quando a gente discute a perspectiva da polaridade política e que isso realmente, quando adentra à Casa do Povo que mais está próxima do povo, que é a Casa dos vereadores, das vereadoras representando essa população, quando a gente tem 10% dessa população da capital passando por um processo de insegurança familiar, quando a gente tem o aumento, de 2019 a 2020, de 39% de pessoas morando nas ruas, eu fico imaginando como a nossa consciência

consegue pairar à observação de questões como essa, uma moção em relação a uma fala específica, em 10 segundos, de um vídeo. Então eu acredito fortemente que a Ver.^a Comandante Nádia aja nessa perspectiva de polaridade política, e o que é muito comum na nossa prática, nós, trabalhistas, sempre estivemos, na história do Brasil, com uma perspectiva de luta intensa e discussões intensas a respeito da polaridade política que faz, de fato, toda essa movimentação de reflexão, pensamento crítico. Mas e a população, o que come? O que comerá amanhã? Dez por cento da população da capital, 10% da população não sabe porque está atingida pela insegurança alimentar. E o que nós, vereadores e vereadores, estamos pensando neste momento? Hoje o meu almoço foi no restaurante da Câmara de Vereadores, eu tinha o que comer porque eu tinha como pagar, e amanhã eu também sei o que eu tenho o que comer, porque eu tenho como pagar. Mas e as pessoas do Rubem Berta, do Sarandi, da Lomba do Pinheiro, da Restinga, essa população que a gente não sabe direito o que está acontecendo porque a gente esquece e se afasta dessa proposição? Quando a Câmara de Vereadores, quando a pauta na Câmara de Vereadores começa a discutir questões fluídicas, imagéticas, de malabarismo político, com todo o perdão do meu sentimento, a gente perde o foco da população pobre, da população que pode fazer parte... Há algum tempo, poderiam ser as nossas famílias, os nossos vizinhos! Não ter o que comer no outro dia, além de insegurança alimentar vinculada à construção do corpo do sujeito, das crianças, dos jovens dessas famílias é também uma questão psicológica, afetiva! Pensar sobre isso, sobre o que se debate de moção ou não, nós votaremos contrariamente. Eu, enquanto Atena da bancada do PDT, votarei contrariamente a uma moção que não pensa além dessa perspectiva polarizadora política. Não dá mais para a gente viver nisso! Desde 2019, desde 2018, desde 2017 esse tipo de discussão, e a população vai, alimentada por esse pensamento, ser extremamente mais confundida pela falta de bom-senso no discurso político, nas articulações políticas. Eu não posso negar que, quando eu saio daqui e passo pela Cidade Baixa, pelo Centro Histórico, eu vejo as pessoas na rua. Se isso não deixa o coração dos vereadores e das vereadoras ardido no ódio contra a fome, o que a gente está fazendo aqui? O que os votos que colocaram os senhores e as senhora nesta Casa vão colocar? Desde cedo a gente está aqui, a gente trabalha para representar o povo, e não arde uma perspectiva de urgência de falar contra a fome? É que ela não bate à nossa porta, a insegurança alimentar não bate à nossa porta. Então a gente tem que começar a pensar com uma maior seriedade. Eu espero que, de 2022 em diante, a Câmara Legislativa possa amadurecer no debate, e, amadurecendo no debate, a população de Porto Alegre certamente terá um outro destino que não a insegurança alimentar. São 4.000 pessoas, aproximadamente, morando nas ruas de Porto Alegre e, com certeza, o sentimento desta Casa não será de polaridade, mas de senso crítico e de inteligência afetiva. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver.^a Atena. Eu queria anunciar a presença, no nosso auditório – e eu acabei de recebê-los no meu

gabinete – o Dr. Jordão de Oliveira Neto, presidente da Associação Médicos pela Vida Covid-19 e coordenador do 2º Congresso Mundial dos Médicos pela Vida e do Conselho Mundial de Saúde; o Dr. Paulo Olzon Monteiro da Silva, clínico, infectologista, médico que inspirou a série *The House*; o Sr. Antônio Luiz Veneu Jordão, Capitão-de-Fragata da reserva remunerada da Maria no Brasil, coordenador da Iniciativa de Empresários em Ação no Enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Médicos pela Vida, muito bem-vindos à nossa Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Idenir Cecchim. No nome de V. Exa. cumprimento os colegas vereadores, TVCâmara que nos está filmando e o público que está nos assistindo. Quero cumprimentar os nossos visitantes, os Médicos Pela Vida, que fizeram um trabalho maravilhoso em tempos de covid, depois da covid e ainda continuam pensando na saúde das pessoas. Infelizmente, de novo, o Ver. Leonel Radde fala o que quer - Ver. Leonel Radde, policial civil do PT -, fala o que quer e sai aqui da sessão plenária, o que é lamentável. Quero ensinar para o vereador que o nome do político aqui nesta Casa, ou na Assembleia Legislativa, ou na Câmara de Vereadores é o nome político que ele assume. E está no nosso Regimento que assim tem que ser. E que não somos nós, vereadores, que vamos escolher o nome do colega, e deve haver respeito a partir do nome escolhido.

E eu vejo aqui, Presidente, que, seguidamente, o vereador acaba atacando esta vereadora ao dizer "Tu não és comandante de nada; tu não comandas nada!" Eu não quero comandar nada, até porque quando eu comandava era num quartel, e o quartel da Brigada, das brigadas, das polícias são sempre muito organizados, com hierarquia, com disciplina - o que não chega nem perto desta Casa. Então, graças a Deus que eu não comando esta Casa, porque é difícil! E, por certo, o Ver. Leonel, se fosse do quartel, estaria preso naquele momento.

No art.10 do nosso Regimento diz exatamente isso, que o nome do parlamentar é escolhido por ele e deve conter dois elementos, até três elementos. Lembro aqui que alguns vereadores do PT escolhiam colocar o seu primeiro nome, por exemplo "Ana Lula da Silva", e assim a gente tinha que respeitar, porque é o nome político do vereador. Mas eu vejo aqui um total descaso, um total desrespeito. Por certo é um vereador que gosta de causar, de criar pauta porque não tem pauta alguma para trabalhar nesta Casa.

Dito isso, quero dizer também para o Ver. Leonel - que bom que chegou, vereador, para escutar - que distorcer as pautas desta Casa tem sido algo muito corriqueiro, para que se desvirtue o que está sendo falado. Quando o vereador falou que eu era secretária, que eu não queria gente morando na rua, eu não entendi bem o que que isso tem que ver com a moção que eu estou fazendo hoje e aqui nós vamos votar, porque normalmente o PT gosta de desvirtuar a pauta para criar outros artifícios para as pessoas saírem do seu comum. Mas vou responder para o senhor porque eu tenho o maior prazer: quando secretária de assistência social aqui deste Município, graças a

Deus os moradores de rua foram retirados da rua, nós fizemos o Restaurante Popular, fizemos casas-abrigo, e efetivamente a FASC trabalhou conhecendo o nome desses moradores de rua, coisa que o PT não gosta. Gosta do quanto pior, melhor: quanto mais morador de rua, quanto mais pessoas necessitando do apoio do governo e ganhando cesta básica é melhor porque reverte, Ver. Cezar Schirmer, em voto. Eu, como secretária - e foi muito bom -, sempre procurei a independência das pessoas que moram na rua, e continuo dizendo que a rua não é um lugar digno de as pessoas morarem, diferentemente do senhor, vereador, que provavelmente goste das pessoas ali. O Estado, o Município, fazem força para que as pessoas saiam da rua e que ali não permaneçam, inclusive porque tem pessoas com problemas de tuberculose, drogaditos e tudo o mais. Ou seja: morar na rua não é digno e não pode mesmo morar com mesa, cama, geladeira, porque ali é um local público, e como é público não pode o individual estar ali. Coloque na frente da sua casa, Ver.^a Daiana, uma mesa e cadeiras para ver se a senhora não será autuada. Será, porque ali não é um local individual, é público. Passando disso, eu quero dizer para o Ver. Ruas que desta tribuna vários ataques estão acontecendo, o que é normal numa casa política, e que estamos falando sobre uma fala desastrosa, malfadada do ex-presidente Lula quanto à polícia militar. Quando ele diz que a polícia militar não é gente, ele está ofendendo a mim e a todos os meus irmãos de farda, porque nós da polícia não paramos um momento sequer durante a pandemia, porque nós, das polícias, somos lembrados manhã, tarde e noite, de segunda a segunda, feriado, e não têm descanso porque efetivamente fazem um trabalho muito aproximado da população. Aliás, quem daqui nunca ligou para o 190 pedindo um auxílio? Então falar que a polícia não é considerada gente, no mínimo é uma fala desastrosa, que nós, parlamentares, não podemos aceitar nesta Casa, porque nós temos que defender aquele que defende a vida.

Ainda no dia 8 de novembro de 2019, quando o Lula saiu da prisão, ele falou: "Eu não posso mais ver jovens de 14, 15 anos assaltando e sendo violentados, assassinados pela polícia. Às vezes inocente ou, às vezes, porque só roubou um celular." Ou seja, isso nós não podemos mais aceitar, e continuo pedindo para os colegas que apoiem essa Moção de Repúdio, porque nós não podemos aceitar essa falta de respeito, de educação, para com os policiais militares, que colocam a sua vida em risco para proteger a sociedade gaúcha e a sociedade brasileira. Então muito obrigada.

(Não revisada pela oradora.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT) (Requerimento): Solicito a retirada do ataque realizado contra toda a Câmara de Vereadores e todos os vereadores e vereadoras desta Casa, que acabou de ser cometido pela Ver.^a Nádia, dizendo que os quartéis das polícias são muito organizados, com hierarquia e disciplina, o que não chega nem perto desta Casa. Então é um ataque direto a esta importante instituição. Eu entendo que talvez, neste momento, ela esteja com a cabeça em outro local, não aqui, mas isso é um ataque a todos os vereadores e vereadoras. Eu solicito, então, que essa frase seja retirada das notas taquigráficas. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, só quem pode retirar é a própria autora. O Ver. Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/22, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão; nós estamos, neste momento, na Ordem do Dia, na discussão de uma moção apresentada por uma colega vereadora, Ver.^a Nádia, onde ela faz uma Moção de Repúdio ao Presidente Lula, sobre tal frase que ele podia ter dito, e a vereadora comete uma *fake news*, porque a sua explicação não me convenceu, tanto é que agora, saindo da tribuna, ela disse, aqui no plenário – vários vereadores ouviram – que, se essa Câmara fosse quartel, vários vereadores do PT estariam presos. Eu gostaria que ela se retratasse ali no microfone, porque o plenário é um espaço democrático de respeito e não de agressão a uma bancada do PT. Eu sou da bancada do PT, sou líder da oposição, e esse tipo de manifestação pode levar um processo gravíssimo contra a vereadora, portanto, ela deve se retratar.

Vereadores e vereadoras, do que trata essa moção? Os senhores sabem que houve uma manifestação do grande e futuro presidente, hoje pré-candidato, Luiz Inácio Lula da Silva; parece-me que é uma obviedade a disputa nesse aspecto. É uma obviedade! Mas não na tribuna, porque aqui seria antirregimental uma vereadora se utilizar de um espaço dessa natureza para fazer a sua pré-campanha. É claro isso, e a tese do Ruas está correta – está correta! Nós faremos moções contra todos os demais candidatos, porque, então, é a mesma lógica que a vereadora apresenta aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Começou a pré-campanha? Vale para um, tem que valer para todos! Nós vamos fazer o debate. O presidente Lula, quando disse uma tal frase, ele se dirigiu ao Bolsonaro; o presidente Lula, vereadora, se dirigiu ao Bolsonaro, e o Bolsonaro não pode ver o Lula, porque faz inúmeras outras manifestações dez vezes mais agressivas do que o próprio Lula teria dito. O Lula disse para os policiais a seguinte frase, companheiros vereadores e vereadoras: “Policiais erram, mas salvam vidas”. Essa foi a frase que Lula falou. Agora, vocês vão dizer que o Lula teria dito para os policiais a frase que a nobre vereadora coloca no texto, o Lula teria dito: “Ele não gosta de gente, ele gosta de policial”. Ele se referiu ao Bolsonaro, que, diuturnamente, vem agredindo o presidente Lula, e sabem por quê? Um dos motivos saiu hoje, olhem o que deu na pesquisa: 45% Lula, está na pesquisa do Instituto Quaest; e os demais, todos os demais candidatos, 42%. Portanto, já bateu o desespero nos demais candidatos, já bateu o desespero aqui também no Rio Grande do Sul, e muitos candidatos que estão colados no Bolsonaro ou na política do armamento, estão desesperados, porque o próprio Lula disse que preferiria, ao invés de armar a população, constituir bibliotecas para os cidadãos e cidadãs deste País. Agora, vem uma vereadora querer constituir na Câmara um palco de pré-campanha. É óbvio que nós vamos nos rebelar, nos indignar, votar contra. É lamentável, Presidente, que a Câmara seja utilizada para poder dar ouvidos ou voz para pessoas que, em tese, não têm sequer condições de fazer um enfrentamento com um governo que já teve e poderá ter, com certeza, se depender do

povo brasileiro, que constituiu uma política para os mais necessitados, que constituiu políticas que mudaram o Brasil. Agora, o atual governo está desesperado – desesperado! –, criando políticas pró-eleitorais até o final do ano; por isso é que não se consolida. Portanto, com certeza absoluta, essa moção é uma grande *fake news*. A vereadora disse que o Lula disse uma coisa, e é mentira! O Lula se referiu aos policiais, em uma outra frase: “Os policiais até erram, mas salvam vidas” – foi isso o que ele disse. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Não é *fake news*, isso está no vídeo. Está confirmado, Oliboni, que o ex-presidente Lula falou que policial não é gente; depois, ele tentou corrigir, ficou pior ainda, dizendo que a polícia era milícia. Então não tem nada de *fake news* nisso, o senhor olhe bem o vídeo.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, só para esclarecer à nobre colega vereadora, com todo o respeito – a gente respeita a opinião dela –: *fake news* é tudo que tu tiras de contexto daquele momento. E ela fez exatamente isso no texto elaborado à moção.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores. Primeiro eu queria registrar que parecia que o Ver. Oliboni e a Ver.^a Nádia estavam roucos, mas é o som mesmo que está muito ruim nesta tarde. Quero dizer que a fala mais feliz que eu ouvi hoje aqui nessa tarde foi a do Ver. Ruas, porque, realmente nós vamos inundar em debates esta Casa a partir de hoje, a partir dessa posição, porque eu vou entrar com alguns pedidos de repúdio ao aumento da gasolina e do diesel; eu vou entrar com o pedido de repúdio ao aumento do arroz e feijão; eu vou entrar em repúdio ao preço do óleo vegetal, que está custando R\$ 20 uma lata no supermercado! Ou nós vamos transformar esta Casa num palco eleitoral antes das eleições. Isso é uma pré-campanha! Eu posso vir aqui dizer que o meu partido apresentou projeto que muda a vida das campanhas e das pessoas. Por isso eu acho importantíssimo o que o Ver. Ruas disse. Eu acho que está na hora da Procuradoria desta Casa dizer o que podemos ou não falar aqui! Falar aqui quem puniu o presidente Lula pelo que ele falou foi a própria sociedade, tanto que imediatamente ele foi lá e se desculpou, pediu desculpa a todos os policiais. Não cabe a esta Casa, no momento em que o assunto já foi resolvido, num período pré-eleitoral, reativar esse assunto. Porque eu tenho muito interesse em discutir, por exemplo, numa moção de repúdio ao fato de que o Presidente Jair Bolsonaro disse que jamais ia andar junto com o centrão e hoje anda junto com o centrão. O Presidente Jair Bolsonaro disse que jamais iria admitir corrupção no seu governo, e o seu governo tem corrupção como em qualquer outro governo.

Então eu gostaria muito de encaminhar, e se nós seguirmos nesse trâmite, eu vou encaminhar essas moções porque eu tenho interesse em publicizar tudo isso aí. O preço do azeite em R\$ 20, uma lata de azeite; o preço da dúzia de ovos, o preço que está a dúzia de ovos é um absurdo, isso realmente é um absurdo. O custo da cesta básica é uma vergonha. O *diesel*, que transporta toda a alimentação, toda a produção deste País é uma vergonha. Então, acho que é o momento de a Procuradoria desta Casa se manifestar e nos dizer que nós vamos entrar ou não nesse terreno meio, sim, perigoso desta Casa, meio perigoso aos mandatos que todos buscam aqui, vários dos colegas buscam mandatos de deputado estadual, federal, senador, governador, vice-governador. Então nós vamos entrar e trazer para esse palanque desta Casa que tem que discutir as questões da cidade, nós vamos trazer para esta Casa coisas que realmente irão atrapalhar o nosso bom andamento e nos levar numa linha, como disse o Ver. Pedro Ruas, muito perigosa. Uma linha muito perigosa, porque nós não sabemos se estamos aqui somente fazendo pré-campanha eleitoral, se estamos realmente discutindo, de fato, os problemas do povo brasileiro. O problema do povo brasileiro hoje está na falta de professores nas escolas, o problema do povo brasileiro está hoje na falta de assistência à saúde, o problema do povo brasileiro está hoje na falta de comida e principalmente na falta de emprego. Então, acho que essas moções, se nós seguirmos nesse trâmite, nós devemos encaminhar nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu queria pedir um favor, há um local para as assessorias, peço que sejam desobstruídos os corredores; eu já pedi muitas vezes, eu não quero ser antipático, mas é isso. O plenário é só para os vereadores, assessorias tem os bancos para sentarem lá atrás, por favor. Eu não costumo pedir três vezes.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, só gostaria de informar a Casa que eu protocolei essa moção no dia 13 de maio, ou seja, quase dois meses atrás, e que ela está vindo agora para debate por conta das questões dos ritos de dentro, mas foi logo em seguida da fala do ex-Presidente Lula contra a polícia. Então, não tem nada de eleitoreiro, foi algo que aconteceu pontualmente sobre algo que nós não podemos aceitar. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/22.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde colegas vereadores e vereadoras, boa tarde Presidente, eu estava ali atenta aos projetos, inclusive, tentando entender como uma Casa Legislativa que tem tantos compromissos com Porto Alegre, com a sociedade em geral, que atribui aqui tanta expectativa, afinal de contas, elege 36 vereadores, tem uma discussão tão rasa, tão pequena. Quando o

presidente simulou uma pessoa sem ar, quando nós vivenciávamos uma pandemia... Mas pessoas morreram sem ar no Brasil inteiro, e, infelizmente, nós não vimos a solidariedade da vereadora, quando nós encaminhávamos projetos referentes à distribuição de cesta básica na cidade. Afinal de contas, são mais de 100 mil famílias, vereadora, que não conseguem se alimentar com dignidade. É falaciosa a Moção que se apresenta aqui, quando não dialoga com a realidade ou com a vida real. As disputas de narrativas não levam o Brasil para um caminho de igualdade, de solidariedade. Foi solidariedade a mensagem do povo, depois e durante a pandemia, mas não é essa mensagem de solidariedade que se apresenta aqui nessa Casa Legislativa. E é com muita indignação que eu subo nesta tribuna, Ver. Cecchim, porque simular uma pessoa sem ar é simular a morte de quem perdeu a vida e deixou a sua família. E eu não desejo para nenhum colega, Ver. Ruas, perder um familiar, e perdemos funcionários desta Casa por covid durante a pandemia. E é muito triste ver que a solidariedade não é real, que a solidariedade é parcial, a solidariedade é do meu campo político, segundo apresentação dessa moção de solidariedade. Não tem solidariedade com os trabalhadores e trabalhadoras que quase deram a vida para defender o povo brasileiro, com o povo não tem solidariedade. Aliás, solidariedade é com quem vai lá e aperta o meu número na hora da eleição. E é por isso que é importante se manifestar, e é por isso que é importante dizer que não vale, quando se sobe aqui para distribuir calúnias. Que o Presidente Lula faça muitos votos, e vou dedicar boa parte do meu tempo a eleger um homem digno, que promoveu a igualdade, Ver. Ruas, Ver.^a Laura, Ver.^a Daiana. Nós somos símbolos, nós somos fruto da igualdade que promoveu, da dignidade que promoveu o Presidente Lula. É por isso que é importante, é por isso que eu venho dizer aqui que a prosperidade volte para o nosso País, que a gente não precise mais ouvir e ver um presidente tão desqualificado quanto é Bolsonaro, que a gente não precise mais conviver com tamanha indignação, porque indignação é a palavra, para não dizer outra, é indignação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 81/22.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Idenir Cecchim, vereadoras, vereadores; eu vou fazer um registro, mas em nível pessoal. Eu tenho assinado moções de apoio, moções de repúdio, mas eu também tenho que concordar que nós estamos no período eleitoral. Essa moção não foi apresentada agora, conforme a Ver.^a Comandante Nádia informou, faz dois meses que tramita. Eu quero dizer que não vou defender o ex-Presidente Lula por todo o passado que ele tem, por tudo que foi registrado em oitivas, em depoimentos de empresários, quantos foram presos, isso eu não vou defender. Mas eu quero, pela minha história, pela minha profissão, que muito me gratifica, que todas as minhas maiores conquistas vieram da minha profissão como auditora. Então, procuro trabalhar com isenção e me corrigir dia

a dia, me policiar dia a dia para não cometer injustiças. Tenho o maior respeito pelos policiais e por toda a categoria que nos mantém a segurança, mas eu não vejo – eu, pessoalmente – o momento de votar uma moção; agora, não me venha com moção ideológica contra outros, também não assinarei. Era esse o registro que eu queria fazer, mais em nome pessoal, sobre o que está ocorrendo. Vamos tocar os projetos da cidade, precisamos dinamizar mais, justamente por estarmos também envolvidos com campanhas eleitorais e que nos ocupam, fora os horários aqui da Câmara. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Uma questão de ordem anterior, Presidente. Eu solicitei da tribuna uma posição da Procuradoria da Casa sobre o momento e o tema da votação. Eu ouvi a explicação da Ver.^a Comandante Nádia, que ela entrou com a moção no dia 13 de maio, está correta a observação, mas a votação é hoje, e nós estamos a 90 dias da eleição. Eu não sei se nós temos... É pré-candidato que está envolvido. Pode ser um parecer do diretor-geral, mas tem que ter alguma análise jurídica eleitoral.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O diretor legislativo sempre atento; a legislação eleitoral mudou de 90 para 45 dias o período eleitoral.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Bem, fiz minha observação. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento nº 081/22.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, são 12 votos **SIM**, 14 votos **NÃO** e 04 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADO o Requerimento nº 081/22.

Vereador Cezar Augusto Schirmer (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, queria fazer esta declaração de voto, pois eu me abstive. Primeiro, quero dizer que tenho o maior respeito pela Ver.^a Comandante Nádia, minha querida amiga de muitos anos, grande vereadora, grande secretária, talentosa e dedicada à vida pública como poucas pessoas que conheci em Porto Alegre. A Moção que ela apresentou, Sr. Presidente, pelo art. 95 do Regimento, é uma Moção regimental., não há nada antirregimental nessa Moção. Veja o que diz o art. 95: “Moção é o requerimento que solicita a manifestação da Câmara sobre assunto determinado, hipotecando solidariedade, protestando ou repudiando.” Então é regimental. O ex-presidente Lula

fez essa afirmação, eu a vi na televisão, é uma afirmação, obviamente, irresponsável e esta Casa, por todos os títulos, tem todas as razões para dar a sua solidariedade aos policiais em nosso País pelas tarefas que cumprem com tanta dedicação e empenho. Sr. Presidente, avaliação que faço é que a política tem de ser enfrentada no campo da política, não é um requerimento desta natureza, por mais que no médio eu concorde com ele, que vai fazer com que esta Casa se posicione num assunto dessa natureza. Se o debate é político, ele tem que ser conduzido de forma política e a forma política é falar na tribuna. Eu concordo com todas as razões expostas pela Ver.^a Comandante Nádia só não concordo que às vésperas da eleição se faça um requerimento desta natureza, uma Moção desta natureza, porque, senão, nós vamos mergulhar nesta Casa apenas durante os próximos três meses votando moções contra este ou aquele candidato a presidente, governador, senador, deputado e etc. Então a minha abstenção se prende a isso, não no mérito, porque no mérito eu concordo com a Ver.^a Comandante Nádia.

Vereadora Laura Sito (PT) (Declaração de Voto): Votei não, porque, na verdade, a Moção tratava de um tema completamente retirado de contexto. A frase dita pelo ex-presidente Lula era: “É bom a gente saber o que gente faz com o nosso voto, porque, hoje, a gente está com o presidente que não derrubou uma lágrima por 650 mil pessoas que morreram por conta do covid, não derrubou uma lágrima pelo que houve em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, porque ele não tem sentimento, ele não tem sentimento, ele não gosta de gente, ele gosta de policiais. Ele não gosta de livros, senão ele estaria distribuindo livros didáticos às escolas, ele gosta é de armas, ele gosta é de distribuir armas, ele gosta de abrir de tiro ao alvo, ele gosta de facilitar o consumo do rifle, da pistola e etc.” Então faço aqui a minha declaração de voto, de ter votado não, porque é muito ruim que os debates políticos aqui sejam feitos em cima de *fake news* e motivações eleitoreiras que desvirtuam a vocação democrática de uma casa legislativa.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Registrado. Na realidade, foi um pronunciamento, não uma declaração de voto.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação do PLL nº 336/17 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Sobre isso nós ainda fazer uma consulta oficial, Ver. Claudio Janta.

Vereador Delegado Claiton (PDT): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma declaração de voto em respeito a essa moção de repúdio; dizer aqui que tenho o maior respeito pela Brigada Militar e seus membros, os coirmãos, como chamamos, mas há pouco tempo, na última vez que eu tomei posse aqui nessa Câmara, fizemos uma moção de repúdio à PEC 32, uma PEC que atacava o funcionalismo, principalmente os servidores da segurança pública. E se isso não é um ato político, foi votado contra;

servidores da segurança pública votaram contra essa PEC. Então é para dizer, antes que façam *memes*, como estava dizendo a Comandante, que o respeito é muito grande com a Brigada Militar, mas isso é um ato político e deveria rever quando votou contra a moção de repúdio à PEC 32, que atinge diretamente, frontalmente, os policiais militares e os policiais civis.

Vereador Alexandre Bobadra (PL): Gostaria de fazer uma declaração de voto, excelência. Eu, como policial, ex-praça do exército, policial militar, aprovado na Polícia Civil, policial penal, me senti diretamente atingido por essa declaração infeliz do ex-Presidente Lula, essa declaração atingiu a mim, a minha família, aos meus colegas policiais. Votei favoravelmente a essa moção de repúdio à fala do ex-Presidente condenado e preso, Lula, essa moção constitucional da Ver.^a Nádia. Estou muito triste de a Câmara ter rejeitado esta moção - esperamos que esse fato não ocorra mais aqui. Ainda só para complementar, Presidente, os vereadores falaram aqui que esta moção seria uma moção eleitoreira, mas esta Casa, mesmo em tempos de **mensalão**, aprovou uma moção de apoio, uma homenagem ao ex-presidente Lula e à Dilma. Por que não de repúdio ao ex-presidente Lula? Esta é a minha declaração de voto.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Encerrado o período de declaração de voto.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, as declarações de voto, tradicionalmente, ocorrem com relação às abstenções. O Ver. Bobada fez aqui a repetição do que disse no encaminhamento. Além do que, regimentalmente, isso é importante nós frisarmos, eu deixei todas acontecerem para falar depois, no futuro, não seria antipático vir aqui e cercear, mas regimentalmente há a necessidade de encaminhamento por escrito na declaração de voto. É só esse registro. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Agradeço. Isso aconteceu com vários encaminhamentos de declaração de voto, de vários vereadores. Então, deixamos assim para não ter problema.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB) (Requerimento): Solicito a retirada da priorização do PLL n ° 336/17.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Daiana Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0678/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 281/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que cria o Programa de Cadastro e Apoio a Casas de Acolhimento à População LGBTQIAP+. (SEI 161.00074/2021-17)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Bruna Rodrigues: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Laura Sito: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- adiada a discussão por duas Sessões em 20-06-22;
- adiada a discussão por duas Sessões em 29-06-22;
- incluído na Ordem do Dia em 02-05-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 281/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.)

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste, sobre o PLL nº 281/21, o contexto sociopolítico do Brasil, como todos sabem, traz dificuldades para grande parte dos brasileiros. Dessa grande população é essencial que se façam alguns recortes para que, de fato, possamos estudar as necessidades de cada grupo e avaliar como é possível ajudar. Este projeto de lei tem o intuito de criar um programa de cadastro de casas de acolhimento LGBTQIAP+ para que as casas já existentes ganhem visibilidade e notoriedade, a fim de que as pessoas que dela necessitem, ou mesmo os interessados em prestar algum auxílio, saibam onde procurar. Desta forma, a presente proposição visa proteger e auxiliar o desenvolvimento socioeconômico da população LGBTQIAP+, isso porque comumente há integrantes dessa comunidade que, ao se descobrirem e se assumirem, não encontram acolhimento em suas famílias, quiçá na sociedade em geral. Por isso, muitos LGBTs recorrem às ruas, por ser sua única opção. Tal realidade ocasiona o abandono escolar, a dificuldade de se colocar no mercado de trabalho. Devido à necessidade e à vontade de defender os direitos de existência digna dessa população. Em todo o País, existem ONGs, fundações e instituições diversas que visam acolher e auxiliar os LGBTs que estão em situação de extrema vulnerabilidade. Como que eu incluo uma pessoa trans no Programa Social. Por exemplo, nos programas habitacionais, se eu não tiver esse tipo de informação? Se eu não tiver esse cadastro e atualizado? Bem como, a criação desse cadastro será possível verificar quais são os locais que prestam o referido auxílio, quantas são as pessoas beneficiadas com seu

trabalho, e o que falta. Por consequência, possibilitará e facilitará que o poder, tanto Executivo, quanto legislativo, estabeleçam medidas para estimular e auxiliar com parcerias, sejam elas privadas ou não, o desenvolvimento socioeconômico dessa população que está em situação mais vulnerável. Ainda cumpre salientar que atualmente o Executivo municipal conta com diversos órgãos e secretarias que são responsáveis por proteger os direitos humanos e estimular o seu desenvolvimento, por exemplo, a Secretaria de Desenvolvimento Social, o Centro Municipal de Referência dos Direitos Humanos, a Diretoria-Geral dos Direitos humanos e a Unidade de Direitos de Diversidade Sexual e de Gênero. Esse projeto não gera custos para o Município, nós fizemos uma emenda após uma reunião com o Poder Executivo, junto com as secretarias, para que a gente pudesse oportunizar esse cadastramento sem custo através das instituições. Então, diante disso, eu considero que o presente projeto poderá ser facilmente cumprido pelo Executivo, e peço que os meus colegas vereadores acolham a emenda e o projeto com seu voto sim. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Atena Beauvoir Roveda está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 281/21.

VEREADORA ATENA BEAUVOIR ROVEDA (PDT): Mais uma vez, boa tarde, vereadores e vereadoras. Nós realizamos a leitura do que propõe a Ver.^a Cláudia Araújo e estamos de comum acordo que é importantíssimo e necessário. Inclusive ontem nós fomos recebidas no gabinete do prefeito Sebastião Melo, porque exatamente ele é juridicamente o prefeito desta capital, e nós somos juridicamente vereadoras desta capital, então nós temos que estar em contato com o Executivo para pensar aquilo que realmente importa e fizemos, Ver.^a Cláudia, uma sugestão muito informal, mas realmente necessária, da criação do Conselho Municipal da Diversidade exatamente para retirar essas pautas de exclusivismos vinculados a determinados partidos, para que todos os partidos da cidade possam pensar a diversidade LGBT. Se eu falo de democracia, a gente tem, por exemplo, no PDT, o PDT Diversidade; o MDB tem o MDB Diversidade; o PSOL tem as suas correntes da diversidade; o PSDB tem a Diversidade Tucana. Os partidos estão entendendo que é necessário discutir essa questão. Então, a gente está de comum acordo e age muito necessariamente pensar, futuramente vamos colocar novamente isso hoje no protocolo de um projeto de lei o Estatuto da Pessoa Trans. Porque se nós discutimos isso aqui, com total certeza, Ver.^a Cláudia, a aprovação do que a senhora encaminhar aqui estará sendo utilizada para pensar dados dessa sociedade que é tão marginalizada; 92%, Presidente, da população igual a mim, mulheres transexuais e travestis, no Brasil, trabalham como prostitutas, trabalhadoras sexuais. E isso não é problema nenhum enquanto profissão, muito pelo contrário, já é legalizada, ainda que não seja regularizada, mas a gente tem que pensar que não é o fim único e o destino único. Eu falo aqui inclusive como mestranda em antropologia pela UFRGS, escritora e vereadora desta Casa. Eu não quero demorar mais

cem anos para que possa, uma pessoa transexual, reunir tantos qualificativos para estar aqui. Então, a gente está de total acordo e solicita, pede aos vereadores desta Casa que estejam também de total acordo, para que possam futuramente justificar a presença de projetos mais complexos sobre a pauta LGBT na capital gaúcha. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 281/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores. O governo sugere à Ver.^a Cláudia Araújo que faça um indicativo, uma vez que o governo, dentro dos seus abrigos, já tem espaço, já detém a política de acolher o LGBTQIAP+ que atende essas pessoas. O que se vê é um vício de origem, porque isso teria custos para o governo. Além disso, uma política do governo de não ter fragmentação, nem a divisão, nem o preconceito, incluindo as pessoas que compõem esse grupo dentro de seus abrigos. Nós teremos agora um censo que esta Casa participa junto, que o governo tem participado junto, e esse censo, com certeza, vai nos dar o número preciso de toda a população de Porto Alegre, vai nos dizer o número que nós temos necessidade de termos abrigo, vai nos dizer o número de autistas que temos nessa cidade, vai dizer o número de pessoas obesas que nós temos nessa cidade, vai nos disponibilizar todos esses dados. Agora, o projeto da vereadora Cláudia Araújo foi discutido com o secretário, foi discutido com a FASC e os órgãos pedem para não aprovarmos esse projeto em função de a FASC já ter esse programa de acolhimento, a FASC já exerce esse programa de acolhimento e está preparada para vir encaminhar, através do censo, depois, essa necessidade. E a alegação da secretaria de assistência é ainda mais ampla: se iniciarmos o processo, nós teremos outros processos também: o processo do acolhimento às pessoas obesas, nós teremos o processo de acolhimento das pessoas de uma religião de matriz africana, os evangélicos, os católicos, teremos vários tipos de pessoas para serem acolhidas. Então nós viemos aqui, em nome do governo, encaminhar pela rejeição desse projeto e apoio ao indicativo para que o governo, através da secretaria e da fundação, comece a estudar este tema. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 281/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vereador Idenir Cecchim, Presidente da Casa e da sessão, vereadoras e vereadores, público que nos assiste, serei muito sucinto, Presidente, não usarei todo o tempo, apenas quero dizer à Ver.^a Cláudia Araújo que o projeto é muito feliz, é muito correto, é muito adequado, e mais do que tudo isso: ele é muito necessário. Então nós vamos votar favoravelmente,

evidentemente, ao projeto de V. Exa., com muito orgulho. Isso é uma das sensações de dever cumprido. Se nós conseguirmos que esse projeto seja aprovado aqui e implementado pelo Executivo Municipal, e V. Exa. será ponteira dessa luta, mas nós estaremos juntos, com certeza é um avanço considerável na pauta LGBTQIA+, que nós tanto defendemos e sabemos é muito difícil, é muito dura a vida de cada uma, de cada um envolvido nisso. E a Ver.^a Atena foi muito feliz também ao colocar isso já, por duas ou três vezes, em pouco tempo que aqui nesta Casa, desde segunda-feira. Então cumprimentando a Ver.^a Atena por seu brilhantismo, eu digo a Vossa Excelência, Ver.^a Cláudia, que conte conosco, nós vamos votar e aprovar o seu projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 281/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Ver. Cláudia, meus cumprimentos pelo projeto, desde já aqui declaro o nosso voto favorável, por conta da necessidade de um projeto específico. Essa especificidade que nós trazemos aqui, Ver. Cláudio Janta, ela se faz necessária por conta da vulnerabilidade, ou melhor, da vulnerabilização que essa população específica sofre: o rompante dos laços familiares, por conta de questões bem específicas que levam a violência e, principalmente, a ocupação das ruas, às vezes, como única forma de sobrevivência. A gente precisa pensar na questão da garantia do direito, do acolhimento, de um espaço que tenha em todo seu processo de construção, algo que venha a trazer aqui o que para nós é importantíssimo é que é o acolhimento, o cuidado com essa população específica. Eu fico muito tocada, Ver.^a Cláudia, porque a luta não é somente para que este projeto, ele se sustente, é também para que nós possamos pensar que este projeto, ele abre um canal importante de debate, de diálogo, com a construção de outros projetos, com encaminhamento de outros projetos, com debate de outros projetos que são relacionados em específico com a população LGBTQIA+, precisam ter um olhar específico. E não só como projetos que são oportunos em determinados espaços, ou em determinados dias. Eles são oportunos para que fiquem e sejam consolidados como políticas específicas, voltadas para a população LGBTQIA+. Mais uma vez declaro aqui no nosso voto favorável. E digo que este espaço agora aqui na Câmara, para que para que tenhamos esse debate, ele abre um precedente importante para que projetos como o que agora há pouco retirei venham a ser votados com a responsabilidade devida, falando de um conselho, falando da casa de acolhimento, falando da geração de emprego e renda, falando do restabelecimento da dignidade dessa população que vem sendo marginalizada e, por vezes, só tem, como único espaço de sobrevivência, a rua, e a violação constante de direitos na sequência de tudo isso. É oportuno o projeto, mais do que necessário, nós nos somamos para que seja aprovado nesta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, só queria esclarecer a fala do Ver. Janta. O parecer da Procuradoria da Casa não fala em vício de origem nem em inconstitucionalidade do projeto. Só para deixar claro.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Uma pequena divergência entre o líder e a vice-líder do governo. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 281/21, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este debate importantíssimo, quando a gente discute orçamento, discute leis, sejam elas em nível municipal, estadual ou federal, e nós estamos tratando de como vamos produzir políticas públicas para determinados setores ou, então, a concepção de direitos, alargamento de direitos ou até a redução de direitos. Eu queria trazer aqui um dado muito importante: de 2020 para 2021 cresceu mais de 33% a morte de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo no Brasil. Esse é um problema gravíssimo! Por que cresceu? Porque está instalada na sociedade uma cultura de homofobia, de transfobia, de ódio ao diferente, de não deixar as pessoas serem o que desejam ser, o que são. A sociedade quer fazer a opressão imperar, por isso essa proposta é muito feliz, para fomentar políticas públicas para esse setor da sociedade. Continuando os dados: entre os crimes que levaram a mais de 320 mortes em 2021, 262 foram homicídios – quase 83%; 26 foram suicídios – 8%; 23, latrocínio – 7%; e apenas 5 foram por outras causas – menos de 2%. Ou seja, há uma cultura de ódio, de violência à comunidade LGBTQIA+ que precisa ser atacada por políticas públicas. E eu quero dizer, Ver.^a Atena, que fico muito feliz de vê-la aqui no plenário, assim como fiquei muito feliz de ver a Natasha, do PSOL, e de ver aqui também a Luísa Stern, da legislatura anterior, assumindo um espaço de protagonismo e debate, porque se trata de uma fração importante da sociedade que ainda não é reconhecida, não é respeitada, e as políticas públicas, muitas vezes, fazem discriminação. E é contra a discriminação que nós temos que cerrar fileiras. Todas as políticas públicas no Brasil, nós sabemos, vão patinando, têm dificuldades de implementação, porque, por muitas vezes, nós tivemos nos espaços de poder aqueles que fomentaram a violência no Estado, fomentaram a discriminação por parte do Estado. Basta ver como, na política brasileira, tem poucas mulheres – nos parlamentos, nas prefeituras. Nós temos apenas uma governadora mulher neste Brasil, nós não temos nenhuma transexual, nenhuma. Eu espero, sinceramente, que o poder neste País, por meio das políticas públicas, tenha outra cor no futuro, tenha outro matiz, tenha outra pluralidade.

E aqui não falo contra ninguém, não falo contra ninguém, falo a favor daqueles que ainda não se sentem representados na política brasileira, seja ela de esquerda, seja ela de direita, seja ela de centro. Nós precisamos que este Brasil tenha a sua pluralidade também nos espaços de poder. Para isso, esse caminho precisa ser cada vez mais pavimentado, mas com concretude, com políticas públicas, com orçamento. Eu espero que esse projeto seja aprovado e que tenha cada vez mais orçamento para

políticas de combate à violência e de promoção desse setor das pessoas LGBTQIA+. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não tendo mais nenhum inscrito, solicito ao diretor legislativo que faça o pregão da matéria.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLL nº 281/21. Registro que essa Emenda foi protocolada no dia 30 de junho e que, por equívoco, não havia sido ainda apregoada, porque nós já estamos no encaminhamento.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 01 ao PLL nº 281/21.)

Vereador Claudio Janta (SD): Só para esclarecer que o governo é contrário ao projeto e à emenda. O governo não dá acordo nem ao projeto e nem à emenda.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 281/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 01 ao PLL nº 281/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 22 votos **SIM**, 04 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): **APROVADA** a Emenda nº 01 ao PLL nº 281/21.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, o PLL nº 291/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 21 votos **SIM**, 04 votos **NÃO** e 04 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): **APROVADO** o PLL nº 281/21.

Solicito ao 3º secretário da Mesa, que está presente, para presidir a sessão, visto que o próximo projeto é de minha autoria.

(O Ver. Alexandre Bobadra assume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1150/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 043/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que revoga a Lei Complementar nº 630, de 1º de outubro de 2009, e alteração posterior, que institui a Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro e dá outras providências. (SEI 138.00037/2021-24)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- adiada a discussão por três Sessões em 30-05-22;
- incluído na Ordem do Dia em 09-05-22.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBRADA (PL): Em discussão o PLCL nº 043/21. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Bobadra, senhoras e senhores vereadores; este projeto é o reconhecimento de uma região que está amarrada para o seu desenvolvimento, a região da Lomba do Pinheiro. A Lomba do Pinheiro é uma cidade enorme que está impedida de se desenvolver, porque temos um projeto, uma lei que a impede. Eu não preciso deixar aqui muitos argumentos, eu quero apenas que essa região seja reconhecida como uma região que possa se desenvolver igual às demais regiões da cidade. Tem muitos empreendimentos para acontecer nessa região e não estão acontecendo em virtude de uma lei que amarra. Vamos fazer com que empresários, fazer com que empreendimentos de moradia, fazer com que a Lomba do Pinheiro seja olhada de frente pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Por isso, eu solicito, peço a compreensão das senhoras e senhores vereadores para votarem nesse projeto, que é muito social.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBRADA (PL): Consulto se mais alguém deseja discutir a matéria. (Pausa.) Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLCL nº 043/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 19 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): APROVADO o PLCL n° 043/21.

Vereador Lucas Fuhr (PSDB): Presidente, é um grande avanço que este projeto tenha sido aprovado, pois a Lomba do Pinheiro é uma região que precisa se desenvolver, e a compensação por parte de quem constrói nesta cidade, de quem constrói na Lomba do Pinheiro é muito importante flexibilizar, para permitir o desenvolvimento socioeconômico da Lomba do Pinheiro. Então grande avanço para nossa cidade, grande avanço para Lomba do Pinheiro, uma conquista da nossa cidade nesse desenvolvimento social, econômico, urbano, flexibilizando as compensações em prol da cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Está registrado o voto de V. Exa. nas notas taquigráficas.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLCE n° 005/22 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão e que seja apreciado imediatamente.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Votação nominal solicita o Ver. Aldacir Oliboni.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu acredito que este tema exige um debate muito pesado. Em primeiro lugar, ele foi pauta numa Reunião Conjunta das Comissões e nós tivemos uma polêmica enorme porque esse projeto está redigido de tal forma que ele não discuti apenas a questão da Fraport, ele garante uma política de concessões fiscais que, na verdade, abre mão de recursos públicos não apenas para essa empresa, o que já é, em si mesmo, um fato grave, porque essa grande empresa multinacional tem, sim, condições de pagar os tributos municipais, tributos municipais que fazem falta para melhorar a educação, para melhorar a saúde, para combater a fome. Nós não estamos numa cidade que tem recurso de sobra para garantir benefícios fiscais para as multinacionais, mas parece que o governo Melo está, cada vez mais, satisfeito com a política que beneficia os muito ricos, os grandes empresários, inclusive os empresários sonegadores, como este dono da Havan que ia receber um milhão e 700 mil reais de graça do governo Municipal, e apenas não recebeu porque o Ver. Pedro Ruas encabeçou a luta contra essa vergonha, e o nosso Tribunal de Contas impediu que o sonegador, dono da Havan, tivesse isenção fiscal, ou melhor, tivesse suas dívidas pagas pelo DMAE. E agora o governo, no apagar das luzes da sessão, depois

que uma das suas líderes tomou aqui o tempo da Casa com um debate absolutamente inútil, sobre uma moção de repúdio ao Presidente Lula, depois que uma das líderes da base do governo fez os vereadores e as vereadoras perder tempo, o governo quer, no final da tarde, botar para votar um projeto que não teve a discussão necessária, sequer passou pelas comissões, um projeto redigido, inclusive, muito mal redigido, porque não é só a Fraport que ganha, são todas as empresas que tiverem concessões. Então esse governo, muito me admira o Ver. Janta, que sempre dizia que o Marchezan não gosta de pobre, ficou seis meses de líder do governo, do governo Marchezan, depois rompeu com o governo, dizia que o governo Marchezan não gostava de pobre; pois parece que o Ver. Janta agora é líder de um governo que gosta muito dos ricos, não gosta dos pobres, gosta muito dos ricos, porque é R\$ 1,7 milhão para esse sonegador da Havan, esse reacionário bolsonarista, sonegador. E agora, prêmio para a Fraport, e mais ainda, numa resolução, num projeto de lei, redigido de forma que dá concessão para todas as empresas que tiverem a concessão de serviços públicos, sejam eles da Carris, sejam eles da Corsan, sejam eles da CEEE; e é isso que diz o projeto no primeiro artigo; o primeiro artigo não fala da Fraport fala de concessão para qualquer concessionária, qualquer concessionária! Então, é uma vergonha que a Câmara Municipal, primeiro vote esse projeto, segundo, que aceite esse requerimento, colocado depois que uma das líderes do governo fez a casa dos vereadores perder tempo aqui, debatendo um projeto inútil para se promover na sua campanha ao Senado, para tentar conseguir organizar alguns votos da extrema-direita. Então, sugiro que esse requerimento do Ver. Janta seja rejeitado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente em exercício, Ver. Bobadra; colegas vereadores e vereadoras; cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão nessa tarde. Nós estamos Ordem do Dia, no final dos trabalhos, e o líder do governo apresenta um requerimento para colocar um projeto não combinado, não acordado na reunião de líderes. Portanto, está rasgando aqui, Ver. Janta, está rasgando o nosso acordo de reuniões de líderes, para priorizar projetos para a semana subsequente. É isso que o líder da oposição está-lhe dizendo, o senhor está rasgando um acordo firmado entre as lideranças, que isso não pega bem para a Casa, para nós termos uma interlocução de diálogo e compreensão. Essa empresa, Pedro Ruas, a Fraport, que hoje tem a concessão do aeroporto, já deve, Ver. Janta, 64 milhões de IPTU para o Município de Porto Alegre, fora a multa, diz bem aqui o nobre Ver. Pedro Ruas, e o governo quer isentar 64 milhões e continuar dando isenções pela vida toda? Só que o governo fez um projeto totalmente equivocados, ele abre mão dessa isenção para todas as concessionárias, inclusive, sabem qual? A Equatorial, que

recentemente comprou a CEEE. Os senhores vão concordar com isso? O governo tem que mandar uma mensagem retificativa mudando a essência, o objetivo do projeto de lei, caso contrário, os senhores estarão cometendo aqui um crime contra a população. Essa que é a verdade, são empresas que oneram profundamente o cidadão como é a Equatorial. Olha os preços da luz, é um diálogo que vai em relação a mesma política do governo federal, o gás sobe, o petróleo sobe, a gasolina sobe, a luz sobe, e ainda os governos capitalistas querem isentar quem? Seus amigos, seus companheiros, e o povo pobre cada vez mais pobre, passando fome. Olha a dura realidade que nós estamos vivendo. E aí vem projeto de lei dessa natureza, Ver. Jonas, dialogando com os capitalistas, quem tem mais paga menos, quem tem menos paga mais. É o inverso! Quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos, porque se não, não se faz justiça tributária. Essa é a grande verdade. E aí o governo vem aqui, como disse o Vereador Robaina, no apagar das luzes, apresenta um projeto ou um requerimento dessa natureza. Nobre colega, Ver. Janta, retire esse requerimento, reavalie do ponto de vista da inconstitucionalidade. Esse projeto de lei é inconstitucional. Vocês estão abrindo para todas as concessionárias? Nós estamos avisando, não é por falta de aviso, como aconteceu em outras ocasiões. Nós queremos que os senhores se manifestem, que os senhores digam para que vieram para a cidade de Porto Alegre, para mandar em favor de quem? Dos mais ricos ou de todos? Porque aqui está claro e preciso, é isenção de imposto para os que têm mais, para os mais ricos. É uma injustiça, é um absurdo, é algo que repudia dentro do mundo da política, infelizmente, porque os senhores têm maioria no governo e então acham que tudo tem que ser patrolado. Nós estamos aqui exercendo o direito de fala da democracia e por isso somos radicalmente contra que esse projeto seja aprovado ou encaminhado para votação, porque ele tem que ser reavaliado, ele tem que vir com uma mensagem retificativa mudando a essência do projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom, semana passada ou duas ou três semanas atrás, eu vim aqui na tribuna defender o adiamento de um projeto que eu sabia que não tinha condições de ser aprovado naquele momento. A gente sabe que existem estratégias de convencimento com os colegas, às vezes não é o momento certo de fazer a votação. Então a gente tenta conversar para adiar e é o que está tentando fazer aqui a oposição, tentando adiar ou não votar hoje algo que eles sabem que tem a pretensão de ser aprovado hoje. Só que é importante que a gente venha aqui na tribuna, especialmente após a fala, para esclarecer porque, quando a pessoa vê na TV Câmara o que está sendo dito, às vezes parece que nós, vereadores que temos um posicionamento, estamos vendendo patrimônio público, lutando contra a sociedade, parece que a gente

está botando fogo na cidade e não é verdade Foi falado aqui que, se não me engano, talvez tenha ouvido errado o valor, mas que estaremos abrindo mão de R\$ 64 milhões que a empresa já deve de IPTU para o Município. E essa é uma discussão interessante, a região do aeroporto, como era uma autarquia federal, era isenta de tributos territoriais. Isso acontece, por exemplo, na EGR, quando, na época que era 100% privada, empresa pagava tributos municipais, estaduais e federais, e, quando passou a ser pública, passou a ser isenta. Então o que nós estamos fazendo aqui agora é discutindo o caminho contrário. Antigamente era público, logo era isento, agora passou a ser privado, e a discussão aqui é se deve-se eu não pagar o tributo municipal para esse empreendimento que passou agora a ser privado. Então, só contextualizando a situação fática. E o argumento é que estão devendo 60 e poucos milhões de Imposto Territorial Urbano, só que, analisando a cobrança, pelo que foi feita a cobrança na situação fática? Pelo metro quadrado da pista do aeroporto – quantos metros quadrados possui a pista do aeroporto? Um quilômetro de extensão, por 50 metros de extensão, quantos mil metros quadrados isso vai dar, e quantos milhões de reais vai dar o IPTU da pista do aeroporto? O valor é absurdo, mas a pergunta que tem que ser respondida aqui é: quem paga IPTU pelo piso da calçada de casa? Quem paga o IPTU pelo piso do pátio da sua residência? Ninguém paga IPTU pelo pátio da sua residência. Pelo que a gente paga tem IPTU? Pela área construída, então, a maior parte dessa dívida, entre aspas, não deveria nem existir, porque não se cobra IPTU de calçamento ou de asfaltamento. Se pagasse IPTU por calçamento e asfaltamento, todo condomínio estava devendo milhões para Prefeitura de Porto Alegre porque os condomínios calçaram o próprio do condomínio, e, se fosse cobrar IPTU de área de calçamento, seriam milhões devidos à Prefeitura. O que é, então só para desmistificar e desmentir, não estamos isentando algo absurdo nesse caso, por que é uma dívida que nem deveria existir, esse é o primeiro ponto. E o segundo ponto é que a Fraport, numa decisão acordada com a justiça, concordou em pagar IPTU pela área construída dos estabelecimentos comerciais dentro do aeroporto. Então não se está discutindo pagar IPTU da área que, entre aspas, se deve IPTU que qualquer outro cidadão paga, porque, assim como nós pagamos pela área construída das nossas residências, o aeroporto vai pagar IPTU - e não pagava - da área construída, da parte comercial, pois há empreendimentos comerciais lá dentro. Onde mais está se pensando em fazer a concessão e a isenção de IPTU? Da área essencial à prestação do serviço de transporte aéreo: área de embarque e desembarque, área de bagagens e áreas afins. Então, não tem nada de misterioso nessa situação, não tem nada de errado no que a gente está fazendo, é isentar o que não deveria nem estar sendo cobrado, por um entendimento errado, no meu entender, do fiscal quando exarou a multa. Então, estamos colocando agora na lei o óbvio. Não se paga IPTU sobre chão construído, especialmente nesse caso ainda agravado pelo fato de que esse chão é a finalidade do aeroporto, e se quer dar isenção - que não devia estar sendo cobrado porque não era cobrado quando era público, na prestação do serviço público de interesse público - da área essencial à prestação de serviços de interesse da comunidade, que é o embarque, o desembarque e áreas afins. Espero ter ficado claro o meu posicionamento, e por isso eu acho que devemos votar hoje, porque estamos com tempo, temos a presença dos colegas aqui na

sessão e é um projeto essencial ao desenvolvimento da cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de sua autoria, pelo governo.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Casa, a pedido da nossa base nós vamos até deixar o projeto para segunda-feira, já está priorizado.

Nós queremos esclarecer algumas lendas urbanas que foram faladas aqui desta tribuna, para já adiantar para segunda-feira, para a oposição melhorar os seus argumentos, que são meras fantasias. Em primeiro lugar, o governo não está dando isenção nenhuma para a Fraport. O governo está dando isenção para a pista do aeroporto, que é de uso comum. Porque quem vai pagar daí o IPTU da pista do aeroporto é quem usa o aeroporto; quem vai pagar o IPTU é o passageiro, porque isso vai vir embutido na passagem. Não tem comida de graça; alguém sempre paga a conta e quem paga é a população de Porto Alegre. O esquema da Fraport de isenção do IPTU da pista não isenta nenhuma loja lá dentro, nem uma sapataria, nem uma banca de revista de pagar IPTU. Sobre a área comercial de toda a estrutura do aeroporto terá que pagar IPTU, e isso está acontecendo agora no Jardim Botânico: o Jardim Botânico não vai pagar IPTU, mas quem lá dentro explorar uma lancheria, um restaurante, uma loja, vai pagar IPTU. Isso acontece na orla: a orla não paga IPTU, mas quem ali tem seu restaurante, tem seu bar e seu quiosque vai pagar IPTU; se um dia vier a administrar a pista de *skate* da orla terá que pagar IPTU porque deixou de ser de uso comum e virou um comércio. E assim vai, todas as áreas públicas, inclusive o parquinho de diversões da Redenção é esse sistema. A Redenção, nosso Parque da Redenção não paga IPTU, agora quem explora os restaurantes, o café e o parque dentro da Redenção, paga IPTU. O que estamos falando é isso: a pista é de uso comum da população de Porto Alegre. A pista do aeroporto é de uso comum para chegar as vacinas da covid, ela é de uso comum para chegar os medicamentos e toda a infraestrutura que se tem e se usa em Porto Alegre, principalmente na questão da saúde, e se nós cobrarmos IPTU sobre essa pista, nós seremos a primeira cidade brasileira que vai cobrar IPTU sobre a pista que é de uso comum. Isso nos permite cobrar IPTU de várias avenidas dentro de Porto Alegre - o projeto que esta Casa já rejeitou várias vezes, que é o pedágio. Então acredito que a vontade da oposição de querer dizer que o governo está defendendo uma empresa multinacional que ganhou uma licitação, que esse governo – e o governo que eu digo, esse governo, era o governo que estava até a última eleição - vendeu vários aeroportos. Foi o governo de V. Exas. que vendeu vários aeroportos no Brasil; foi o governo de V. Exas. que privatizou vários portos no Brasil. Então se alguém é amigo do poder econômico, é o governo de V. Exas. que iniciou o projeto de privatização lá atrás, no

governo de vocês. Venderam vários aeroportos brasileiros, deixaram o Salgado Filho por último, mas venderam vários aeroportos, vários portos, várias balsas. Venderam! Eu não acredito que uma balsa que atravesse pague IPTU por usar a água do rio ou por usar a água do mar; a balsa de Rio Grande, por exemplo, ela não paga IPTU pelo trajeto do mar que ela faz, ela paga IPTU pelo número de pessoas que andam dentro da balsa e pelo que é consumido no seu bar. E assim é. Todas as balsas, a balsa de Ilhabela, a balsa de Santos, todas elas pagam IPTU pela passagem, e pagam o imposto pelo que as pessoas consomem dentro da balsa. Estou dando exemplo da balsa, mas têm vários outros aeroportos que não cobram IPTU sobre a pista. Então para nós adiantarmos nesse projeto para segunda-feira, esperamos que a oposição melhore o seu argumento, principalmente, querendo dizer que nós estamos beneficiando uma empresa. Estamos beneficiando a população de Porto Alegre, que precisa andar de avião; nós estamos beneficiando a chegada de insumos na nossa cidade de Porto Alegre; é isso que nós estamos beneficiando. Porque se mantiver essa cobrança de IPTU sobre a pista, provavelmente, com certeza, isso irá para o bolso do contribuinte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigada, Ver. Claudio Janta. Só para esclarecer às lideranças, como esse projeto já está pautado para segunda-feira, e o governo desistiu do requerimento, resta prejudicada a votação.

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. N° 114/22 – (Proc. n° 0540/22 – Ver. Cassiá Carpes) – requer a realização de Sessão Solene no dia 09 de agosto, às 19h, destinada à entrega da Comenda Porto do Sol à Comunidade Evangélica de Porto Alegre. **(SEI 023.00032/2022-14)**

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Em votação o Requerimento n° 114/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL) – às 17h09min:
Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0405/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 007/22, que institui o Programa +4D de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre e estabelece regramentos urbanísticos específicos, além de incentivos urbanísticos e tributários promotores de desenvolvimento, inclui o inc. XXXI e os §§ 15 e 16 no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 e inclui o inc. VIII e o § 8º no art. 8º da Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989. **(SEI 118.00283/2022-87)**

PROC. Nº 0071/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 017/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que estabelece a reserva de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos postos de trabalho para vigilantes do sexo feminino nas empresas particulares que exploram serviços de vigilância em estabelecimentos financeiros e de transporte de valores no Município de Porto Alegre quando a segurança privada for exercida por mais de um vigilante no mesmo turno e local de trabalho. **(SEI 222.00021/2021-16)**

PROC. Nº 0172/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 091/22, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que amplia os serviços prestados pelo Sine Municipal. **(SEI 219.00019/2022-23)**

PROC. Nº 0199/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 101/22, de autoria da Verª Karen Santos, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Terra da Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz. **(SEI 152.00061/2022-20)**

PROC. Nº 0420/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 217/22, de autoria da Verª Comandante Nádia, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Luis Carlos Heinze. **(SEI 025.00044/2022-39)**

PROC. Nº 0484/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 017/22, que institui o Programa Municipal de Incentivo à Permanência na Escola, para concessão de bolsas de incentivo com o intuito de reduzir a evasão escolar e promover o aprendizado dos estudantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME), nos termos desta Lei. **(SEI 118.00319/2022-22)**

PROC. Nº 0501/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 251/22, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que inclui a efeméride "Dia do Radialista" no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado no dia 07 de novembro. **(SEI 020.00042/2022-44)**

PROC. Nº 0504/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que concede a Comenda Porto do Sol ao Sr. Luciano Hang. (SEI 222.00049/2022-26)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0299/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 101/21, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que determina o fechamento da Avenida Edvaldo Pereira Paiva para a circulação de veículos automotores aos sábados, domingos e feriados, das 6h (seis horas) às 20h (vinte horas). (SEI 041.00007/2021-23)

PROC. Nº 0994/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 418/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que inclui o evento Becos e Velas Hip Hop no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 21 de maio. (SEI 209.00158/2021-86)

PROC. Nº 1285/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 570/21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que estabelece a dispensa das aulas e a realização de avaliação em períodos alternativos aos estudantes atletas e dá outras providências. (SEI 023.00033/2021-70)

PROC. Nº 0143/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 071/22, de autoria dos Vers. Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Airto Ferronato e Moisés Barboza e das Ver^{as} Mari Pimentel e Bruna Rodrigues, que altera a ementa e o *caput* do art. 1º e inclui incs. I e II no *caput* e § 2 no art. 1º, todos na Lei nº 12.233, de 28 de março de 2017, estabelecendo que a obrigação de conceder desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da inscrição para os atletas idosos não se aplica às promotoras de competições definidas como federações ou associações sem fins lucrativos nos casos em que as competições esportivas não estiverem recebendo recursos de leis de incentivo ao esporte. (SEI 211.00015/2022-42)

PROC. Nº 0145/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 073/22, de autoria da Ver^a Mari Pimentel, que inclui inc. XI no *caput* e § 2º no art. 2º da Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009, que institui o Portal Transparência Porto Alegre, e alterações posteriores, incluindo nome completo, currículo e contato dos membros, regimento interno, atas e pautas e calendário de reuniões dos Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Comitês de Indicação e Comitês de Auditoria Estatutários das empresas estatais, dos Conselhos Deliberativos das autarquias municipais e dos Conselhos Municipais regulados pela Lei Complementar nº 661, de 7 de dezembro de 2010, no rol de informações que devem ser divulgadas no Portal Transparência Porto Alegre, estabelecendo as informações que o currículo deverá conter e determinando a padronização de seu formato. (SEI 211.00018/2022-86)

PROC. Nº 0320/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 171/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Yolanda Pereira o logradouro público cadastrado conhecido como VTC F – Vila Monte Cristo –, localizado no Bairro Vila Nova. **Com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely. (SEI 281.00018/2022-16)**

PROC. Nº 0447/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 230/22, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Angelino de Souza Pazzim o logradouro público cadastrado conhecido como Rua D – Loteamento Nossa Senhora da Esperança –, localizado no Bairro Belém Velho. **(SEI 215.00036/2022-64)**

PROC. Nº 0488/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 247/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Rua Tenente Ignácia Blauth o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 4026 – Vila Orfanotrófio I –, localizado no Bairro Santa Tereza. **(SEI 025.00048/2022-17)**

PROC. Nº 0392/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/22, que declara de utilidade pública o Sindicato Rural de Porto Alegre. **(SEI 118.00282/2022-32)**

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, eu quero falar sobre dois temas; um dos temas é bastante interessante, e eu vejo que a Prefeitura não resolve, não é só a Prefeitura de Porto Alegre, são todas as prefeituras. As pessoas vão ao poder público em busca de solução e acabam tomando um “não” e permanecendo com o seu problema. Imaginem a seguinte cena: tu moras num apartamento na cidade de Porto Alegre, terceiro andar, quarto andar, quinto andar, sétimo andar; compraste uma residência de forma parcelada, pagando com o suor do teu trabalho e, nas imediações desse teu apartamento, que recebeste tudo certinho, financiamento na Caixa, pagaste com o suor do teu trabalho, tem habite-se, tudo certinho, nas imediações da tua residência se instala um empreendimento qualquer, pode ser uma lavagem, pode ser uma funilaria, uma serralheria, e tu, que estás dentro das regras, começa a ser afetado pelas externalidades do ruído provocado por esse empreendimento que ou não possui autorização para estar lá, ou, mesmo com a autorização precária, não segue as regras de boa convivência. Isso já chegou ao meu gabinete muitas vezes; tem casos na região do Carrefour, tem casos na região da Cidade Baixa. Em nenhum momento nós queremos prejudicar o empreendedor, mas se coloquem na posição do cidadão que passou a morar nesse local em busca de sossego e todos os dias, de segunda a segunda, domingo, final de semana, de madrugada, tem barulho importunando a sua convivência. O que tu fazes? Liga para o 156. O 156 não resolve. Liga para a polícia. A polícia não resolve. Tu tentas falar com a pessoa que está gerando ruído; a pessoa começa a desenhar, falar que ela tem direito, enfim, que esse problema ela vai continuar mantendo, porque o poder público não foi lá e não proibiu

ela de manter isso. Isso se repete em toda a cidade, muitas pessoas reclamam. E qual é a solução que a Prefeitura oferece para esse problema? Infelizmente, essa solução não existe. Já conversei uma vez com o secretário responsável pela segurança pública, a fiscalização não consegue dar conta disso, faltam ferramentas para fazer a fiscalização, para fazer a medição do ruído nessas localidades. A Guarda Municipal não está preparada para fazer isso; a Polícia, se a pessoa não representa, acaba não dando prosseguimento para essa demanda, e o cidadão que paga o seu IPTU, que comprou a sua casa financiada, que pretende morar em paz, cumprindo as regras, busca o poder público para tentar uma solução e recebe um "não" como resposta. Nós, vereadores, temos esse problema também, porque ouvimos essas reclamações dos moradores. E qual é a solução que nós podemos buscar e oferecer para essa pessoa? Não existe, não existe uma solução que nós possamos dar para essa pessoa. A gente tenta fazer contato com a Secretaria de Segurança, a gente tenta fazer contato com a EPTC, a gente tenta fazer contato através do 156, a gente tenta fazer contato através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Às vezes, a fiscalização vai lá verificar, mas, por falta de decibelímetro, por falta de uma regra clara na lei que, efetivamente, gere uma punição para impedir que essa externalidade permaneça, infelizmente, o ruído permanece. E a gente olha para o cidadão, que paga os seus impostos, que vem aqui nos demandar uma solução legítima para o seu problema, e nós não temos uma solução. O que eu pretendo fazer a partir disso, a partir desta fala aqui na tribuna? Tentar discutir algum projeto de lei que crie essa incumbência para a Guarda Municipal, dando a ela poder para que possa fazer a fiscalização e, efetivamente, multar as pessoas que geram essa externalidade para que, de alguma maneira, a gente consiga dar uma resposta a esse cidadão que vem até aqui buscar o poder público, e, infelizmente, nós não entregamos nenhuma solução. É inconcebível que esta Câmara, que a Prefeitura não tenha nenhuma solução para esse problema que, infelizmente, acaba afetando muitas localidades aqui na nossa cidade. Essa é uma questão, esse era o tema principal que eu queria falar.

Agora, quero fazer outra...

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Jessé Sangalli prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para discutir a Pauta.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu quero fazer uma outra fala importante aqui para nós e vocês colegas que são, inclusive, pré-candidatos, temos que levar em consideração e fazer algum tipo de atuação, porque é um absurdo o que está acontecendo. O que aconteceu, semana passada, o governo federal sancionou a lei de redução do ICMS para produtos essenciais, gasolina, etanol, comunicações, GNV, energia elétrica; no Rio Grande do Sul alegadamente o Estado acabou aderindo à redução do ICMS sobre o diesel, para o transporte das nossas mercadorias que são importantes para fazer a distribuição dos alimentos e do transporte público em nossa cidade e no Estado como um todo. A gente passa por outras cidades como Viamão, Alvorada, Gravataí, o que nós percebemos nessas outras cidades, efetivamente, o preço dos combustíveis já reduziu. O Estado do Rio Grande do Sul aderiu à redução do ICMS

num primeiro momento para o diesel. Por que Porto Alegre não reduziu o preço do diesel? Será que aquilo que nós ouvimos sempre, de que existe um cartel na cidade de Porto Alegre, onde os postos de combustíveis combinam preço e não reduzem para alugar mais? Será que isso está acontecendo aqui na nossa cidade? Eu mesmo no meu deslocamento diário aqui para a Câmara de Vereadores, passo por alguns postos de combustíveis, tem diesel a R\$ 7,60 na Av. Ipiranga, vendido a R\$ 7,40 na AV. Ipiranga. Hoje o preço da gasolina está muito mais barato do que o preço do diesel. Por quê? Se o ICMS no Rio Grande do Sul reduziu primeiro para o diesel, não faz sentido. Acho que nós deveríamos fazer algum tipo de reunião pública, alguma convocação de entidade para tentar entender o que está acontecendo, se o governo do Estado de fato reduziu, após ter anunciado que reduziu, e se reduziu por que que essa redução não está chegando efetivamente na bomba para os nossos usuários do modal, transporte privado, como uma alternativa de mobilidade para suas demandas na cidade. Fica esse questionamento e espero que a gente consiga muito em breve fazer com que o preço reduza na cidade de Porto Alegre, porque, efetivamente, por anúncio do Governador o ICMS reduziu, e se reduziu alguma coisa está acontecendo para não chegar efetivamente na bomba. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Lucas Fuhr está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR LUCAS FUHR (PSDB): Meus nobres colegas vereadores de Porto Alegre, estou aqui fazendo meu pronunciamento para realmente registrar a importância do projeto de lei complementar sobre a regeneração urbana do 4º Distrito, que vem sendo uma das regiões que mais se desenvolvem na nossa capital. Hoje, em Porto Alegre, nós temos um avanço na área da tecnologia da informação, tivemos o evento South Summit, capitaneado pelo governo de Eduardo Leite, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre, um dos maiores eventos do mundo na área da informática, da tecnologia da informação. Temos que evitar em Porto Alegre a fuga de cérebros, defender que os grandes cérebros da ciência, da informática, da área da tecnologia permaneçam morando aqui e desistam de ir morar em Florianópolis, ou em Curitiba, ou em qualquer outro lugar. Porto Alegre tem que ser uma cidade que realmente seja acolhedora para quem quer investir na área de tecnologia. O Rio Grande do Sul veio fazendo um trabalho importante nesse sentido. O governo Eduardo Leite foi um governo que, no seu primeiro ano de mandato, estabeleceu um benefício fiscal para setor microcervejero, e o setor microcervejero é justamente um dos setores que mais crescem na nossa capital. Porto Alegre tem que ser a capital da microcervejaria no Brasil. Temos que ser o lugar que mais tem, como hoje tem no 4º Distrito um polo de tecnologia, lazer, cultura, e esse é o avanço que os jovens de Porto Alegre hoje precisam, sobretudo, jovens que precisam de oportunidades de trabalho na área de tecnologia e, muitas vezes, vão morar em São Paulo, vão morar em Florianópolis e

desistem de Porto Alegre. Por uma cidade menos provinciana, que a gente precisa de uma cidade mais moderna, que seja uma cidade cosmopolita, que seja uma cidade desenvolvida, rica e próspera. Então, em nome disso também manifesto o meu apoio ao 4º Distrito, o meu apoio às opções aqui na área de lazer, gastronomia, que a gente consiga ter espaços que acolham todos e, sobretudo, na área da programação. Os programadores hoje são uma forma de trabalho que propõe a mobilidade social. Jovens de periferia que aprendem a programar, avançam, crescem profissionalmente, e é muito importante aí o trabalho do Instituto Caldeira e tantos outros lugares que vêm fomentando a capacitação dos jovens, sobretudo, em vulnerabilidade social para dominarem a tecnologia da informação, dominarem o serviço de programação e mudarem de vida. Então, é uma área muito importante, deixo o meu registro aqui, Presidente Bobadra, em apoio ao 4º Distrito e à tecnologia em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu venho nesta tribuna mais uma vez estarecido com a falta de postura do governo Melo. Não tem sensibilidade com a população de Porto Alegre. Com um ano e meio de governo e ele manda para cá um projeto só do 4º Distrito. A cidade tem 90 bairros, Prefeito. Se alguém da sua assessoria ainda não lhe comentou isso, não lhe comunicou que Porto Alegre é grande, então eu estou lhe comunicando, eu estou dizendo. Ninguém está contra o 4º Distrito, o problema é que mandar para cá, com um ano e meio de governo, um projeto só do 4º Distrito é esquecer a Restinga, é esquecer o Rubem Berta, é esquecer o Sarandí, da Lomba do Pinheiro, do Morro da Cruz, do Santa Teresa, do Cruzeiro, é esquecer de toda a Zona Sul, da Zona Leste e da Zona Norte, ou seja, é pegar uma fração apenas da população e achar que o caixa da Prefeitura deve ser mirado só para aquela região. Claro, evidente, que aquela região precisa de revitalização, precisa de apoio do poder público, não sou contra, mas o problema é que a gente não discute a cidade, o avanço dos direitos para toda a cidadania. Eu quero ver aqui um projeto de duplicação da Vicente Monteggia, da Avenida Oscar Pereira, eu quero ver aqui alguma coisa para a Lomba do Pinheiro. Mas eu não vejo. Para a Lomba do Pinheiro, para Ponta Grossa, para o Lami, é só uma patrolinha de vez em quando, quando chove, para tapar os buraquinhos das ruas que até hoje são de saibro, até hoje não viram pavimentação. E o governo teve o disparate de alguns dias atrás, ir na Ponta Grossa e dizer que não tinha dinheiro. Mas como tem dinheiro para dar isenção de mais de R\$ 60 milhões para a Fraport? Como tem dinheiro para mandar para cá um projeto sobre o 4º Distrito? Não tem dinheiro para zonas afastadas da cidade, não tem dinheiro para todo mundo. É isto que o Prefeito quis dizer: ele tem para algumas regiões que ele elegeu como fundamentais para o projeto dele. Agora, o senhor faltou com a verdade durante a campanha. Falou que queria ser o

Prefeito de Porto Alegre e está sendo o Prefeito apenas dum canto da cidade. E importa para nós restabelecemos aqui a verdade. O que vemos é uma Prefeitura superavitária, que demorou um ano e meio para mandar um projeto aqui para meia dúzia de bairros apenas.

Não é nem metade dos bairros da cidade, nem metade! Demorou um ano e meio. Agora vai mais um ano e meio para mandar o que para cá? E aí terminou o governo. Então, tu, porto-alegrense que mora na Zona Sul, fica sabendo que tu estás esquecido. Há um déficit de mais de duas mil vagas na educação infantil, para crianças de quatro, cinco anos, só na Zona Sul. Na cidade como um todo, são quase seis mil crianças sem escola, e estão lá R\$ 300 milhões no caixa único da Prefeitura, que eram da educação, e o senhor não implementa, não cria as vagas. A saúde, o senhor está tirando os pediatras e os ginecologistas dos postos e está privatizando. E aí o senhor, aqui neste projeto, fala que vai melhorar a habitação, vai melhorar várias políticas públicas na região. Da onde? Apenas do 4º Distrito. Isso é vergonhoso, isso é um desrespeito com os pagadores de impostos desta cidade, onde se paga muito, é muito caro o IPTU, a taxa de recolhimento de lixo, para o senhor usar todo esse dinheiro numa região só. Eu duvido, duvido que o senhor tenha coragem de pegar esse projeto embaixo do braço e ir lá na Restinga explicar para 160 mil pessoas que elas não vão ter duplicação da Edgar Pires de Castro. Eu duvido que o senhor tenha coragem de chegar no Belém Novo ou no Lami e explicar que não vai ter a educação prometida na campanha. Eu duvido que o senhor tenha coragem de ir lá no Sarandi falar que vão continuar os alagamentos do arroio nas moradias precárias daquela população. O senhor não tem coragem, a coragem que o senhor tem é mandar para cá o projeto de que o dinheiro do povo de Porto Alegre vai ser usado só numa região. Lamentável, lamentável!

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registro que a Ver.^a Comandante Nádia manifestou a intenção de votar “sim” no PLCL nº 043/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sabe que eu vim do gabinete da presidência, estava atendendo uma audiência lá, e ouvi o discurso do Ver. Jonas, tão entusiasmado. Eu gostaria que as câmeras mostrassem quantos vereadores estavam no plenário. Só o Jonas, por isso essa valentia dele contra o Prefeito, estava falando sozinho. Eu agora estou falando só para o Ver. Jonas também. E não é, o prefeito tem coragem de ir em qualquer lugar da cidade, sim. Aqui quem está falando não é o Presidente, quem está presidindo os trabalhos é o Ver. Bobadra, aqui é um vereador de Porto Alegre, como V. Exa. O prefeito tem coragem de ir em qualquer lugar da cidade e

é aplaudido em todos os lugares da cidade, aplaudido, todo mundo quer tirar foto, porque ele é muito simples, é um cidadão humilde, simples, trabalhador, que dorme tarde e acorda cedo, e não tem medo de ir em qualquer bairro, não, ou o senhor esquece que o seu partido esteve na Prefeitura por 16 anos? Agora já faz 20 anos que não chega mais lá. Por quê? Porque eles não acreditam mais em demagogia, o povo não acredita mais na demagogia. Não acredita mais. Eu lhe ouvi, o senhor está me ouvindo educadamente, tenho que registrar isso, mas não se engane, o prefeito pode ir, sim, em qualquer lugar da cidade. E eu queria deixar registrado aqui, para que fique nos Anais, que o Ver. Jonas Reis é contra o 4º Distrito, é contra o Humaitá, é contra a Vila Farrapos, é contra toda aquela região. Se vocês virem o Ver. Jonas Reis pedir voto ou fazer comício naquela região, botem ele parar correr, no bom sentido, sem violência, nada de violência, só com a verdade, mostrando para ele o discurso que ele fez aqui hoje. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h29min.)

* * * * *